

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS**

NILMAR FRANSCISCO DA SILVA SANTOS

**A ÉTICA NA PRODUÇÃO INTELECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL E O PEP:
tendências teórico-políticas em debate**

**Natal - RN
2014**

NILMAR FRANCISCO DA SILVA SANTOS

**A ÉTICA NA PRODUÇÃO INTELECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL E O PEP:
tendências teórico-políticas em debate**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos

Natal - RN

2014

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Santos, Nilmar Francisco da Silva.

A ética na produção intelectual do serviço social e o PEP: tendências teórico-políticas em debate/ Nilmar Francisco da Silva Santos. - Natal, RN, 2014.
111 f.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

1. Serviço social - Ética - Dissertação. 2. Ética - Dissertação. 3. Projeto Ético Político- Debate - Dissertação. I. Santos, Silvana Mara de Moraes dos. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 364:174


NILMAR FRANCISCO DA SILVA SANTOS

A ÉTICA NA PRODUÇÃO INTELECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL E O PEP:
tendências teórico-políticas em debate.


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 17/12/2014


Banca Examinadora



Profa. Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos - UFRN
(Orientadora)



Profa. Maria Célia Correia Nicolau - UFRN
(Membro Titular Interno)



Profa. Dra. Sâmia Rodrigues Ramos - UERN
(Membro Titular Externo)

*Dedico a Raimundo Nonato da
Silva, negro, vaqueiro, avô,
“meu vein”, meu amor.*

Chegado ao fim de mais um ciclo do processo de formação político-profissional, é impossível não ceder às gratas lembranças de pessoas e de instrumentos que viabilizaram essa conquista. Dessa forma, externamos nossa gratidão à Deus, que traduzido pelas religiões cristãs de forma, por vezes, equivocada, consegue sensibilizar meu espírito e confiar no cuidado e na proteção divina.

Àquelas que, literalmente, me ensinaram sobre o serviço social, FASSO/UERN, MESS/ENESSO, “Turma do Barulho”, “As Meninas”, meu agradecimento. À Silvana Mara, orientadora que confiou nas minhas potencialidades e com competência conduziu toda a trajetória de construção deste trabalho, enfrentando meus atrasos e estranhamento ao objeto de estudo. Seu envolvimento com nosso projeto político-profissional nos serviu de norte em muitos momentos, quando nosso caminho em perseguir o objeto parecia completamente obstaculizado. Estendo o agradecimento à Sâmya Ramos, nossa história vem desde a graduação e é sempre uma enorme alegria nossos reencontros que acontecem na luta em defesa da nossa profissão e da luta geral da classe trabalhadora; e a Célia Nicolau, que durante a disciplina – Debate contemporâneo do Serviço Social – ministrada no semestre 2012.2, nos instigou a persistir na pesquisa. Suas contribuições foram significativas e não se restringem a este trabalho, mas a toda a categoria de assistentes sociais. Obrigado.

Aos amigxs que permanecem do nosso lado em tempos bons e em tempos difíceis. Viver esse período ao lado de pessoas incríveis como a turma do PPGSS 2012, os moradores e agregados da ResPublica, parceiros de luta e resistência. São de grande valor, sobretudo para conclusão deste trabalho, os momentos em que juntos “desentorpecemos a razão”. Especialmente, a Felipe Galvão, vovó Maria e Sônia Medeiros, obrigado. Esse trabalho não chegaria ao fim, sem a contribuição de vocês, desses momentos.

Nosso entendimento deságua numa profunda indignação com o atual modelo de sociabilidade, com a agudização das expressões de barbarização da vida social que destitui os seres humanos (sociais) das condições de materialização de sua dignidade, cidadania, liberdade que são essenciais a democracia e as condições de emancipação humana. Nosso agradecimento também se estende a população de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis,

Transexuais, Transgêneros e Intersex, que juntamente com o conjunto dos trabalhadores compõe a campo da resistência e da negação desse modelo, incompatível de sociabilidade. As marcas do preconceito ainda insistem em tolher a liberdade e livre expansão dos indivíduos, Estamos e permaneceremos na luta, “até que tudo cesse, nós não cessaremos”.

Mainha, Talita, vocês são minha inspiração e a razão de continuar insistindo na luta cotidiana em busca de melhores dias. Minha vida é plena, porque tenho vocês.

Na expectativa de contribuir, espero que este trabalho possa se somar na trajetória sócio-histórica de consolidação do Serviço Social e do projeto político-profissional. Por toda a minha formação, obrigado aos sujeitos e ao produto histórico que é nossa profissão.

A ÉTICA NA PRODUÇÃO INTELECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL E O PEP: tendências teórico-políticas em debate

O que nos conduziu desenvolver essa pesquisa foi o fato de que o estudo acerca da ética e sua importância para o Serviço Social brasileiro têm estimulado os assistentes sociais a aprofundar seus estudos e aproximá-la do cotidiano profissional em todo Brasil. As iniciativas de fomentar a discussão da temática são adensadas pelas publicações nos eventos (seminários, congressos, encontro nacionais do conjunto CFESS/CRESS¹, etc.), bem como na revisão do próprio código de ética e o processo de construção perene do Projeto Ético Político – PEP, da referida categoria. Nossa pesquisa se propôs a identificar e analisar as principais tendências ético-teórico-políticas presentes no debate da ética na produção intelectual do Serviço Social brasileiro no período de 2010 a 2012. Objetivamos neste trabalho, além de caracterizar e analisar o perfil dos trabalhos (temáticas, polêmicas, concepção de ética, contradições e limites); identificar e analisar a direção social e sua relação com os fundamentos teórico-ético-políticos do Projeto ético-político do Serviço Social; objetivando também, identificar e analisar como são incorporados, no debate da ética, os fundamentos ontológicos. Com essa dimensão, procedemos abordagem qualitativa numa análise documental onde elegemos como locus da pesquisa os anais das últimas edições do CBAS e ENPESS 2010 e 2012, respectivamente. As análises são reveladoras do processo de apreensão, na categoria no âmbito da produção intelectual, da concepção de ética defendida no serviço social ao longo das últimas três décadas e que se orienta pela ontologia do ser social de Marx e Lukács. Nesse universo circulam as análises e elaborações em torno do PEP, relação teoria e prática, valores e dimensão ético-moral no cotidiano profissional, ética e direitos sociais e humanos, dentre outras determinantes que demandam ao Serviço Social Brasileiro.

Palavras-chave: Ética. Projeto Ético Político. Serviço Social

¹ Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e Conselho Regional de Serviço Social - CRESS

ETHICS IN THE PRODUCTION OF INTELLECTUAL AND SOCIAL SERVICE

The PEP : theoretical and political tendencies in debate

What led us to develop this research was the fact that the study of ethics and its importance for the Brazilian Social Service have encouraged social workers to further their studies and closer to the daily work throughout Brazil . Initiatives to foster discussion of the theme are thickened by publications in events (seminars , conferences , national meeting of CFESS / CRESS set , etc.) , as well as the review 's own code of ethics and the process of construction of perennial Ethical Political Project - PEP , the said category . Our research aimed to identify and analyze key trends ethical- theoretical-political in on the discussion of ethics in the intellectual production of the Brazilian Social Service for the period 2010 to 2012 This paper sets , and characterize and analyze the profile of the work (thematic , polemics , design ethics , contradictions and limits) ; identify and analyze the social direction and its relation to the theoretical and ethical- political foundations of ethical-political project of Social Work ; also aiming to identify and analyze how they are incorporated in the discussion of ethics , the ontological foundations . With this dimension , we perform a qualitative approach to document analysis in which we choose as the locus search the annals of the latest editions of the CBAS and ENPESS 2010 and 2012 , respectively . The analyzes are revealing the seizure process , within the category of intellectual production , from conception of ethics advocated in social work over the past three decades and that is guided by the ontology of the social Marx and Lukács . In this universe the analyzes and elaborations around the PEP , relationship between theory and practice, values and ethical- moral dimension to professional practice , ethics, and social and human rights , among other determinants that demand the Brazilian Social Service circulate .

Keywords : Ethics . Political Ethics Project . Social service

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL E AS CONFIGURAÇÕES DA ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: o legado da reconceituação.....	19
2.1 CRITICA A ÉTICA TRADICIONAL NO SERVIÇO SOCIAL.....	24
2.2. A ÉTICA NO PROCESSO DE RENOVAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL: perspectiva de superação e enfrentamento do tradicionalismo.....	28
2.3. RENOVAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: fundamentos ontológicos para apreensão do debate da ética.....	34
3. O DEBATE DA ÉTICA NA PRODUÇÃO INTELCTUAL DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO DE 2010 A 2012.....	42
3.1 CBAS E ENPESS COMO ESPAÇO POLÍTICO E DE SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: perfil dos trabalhos.....	49
3.1.1 Eixo PROJETO ÉTICO POLÍTICO.....	50
3.1.2 Eixo VALORES E COTIDIANO PROFISSIONAL, DIMENSÃO ÉTICO MORAL E POLÍTICA.....	60
3.1.3 Eixo ÉTICA DIREITOS E FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	65
3.2 TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO DEBATE SOBRE A ÉTICA NO CBAS E NO ENPESS.....	70
4. CONCLUSÕES.....	79
5. REFERÊNCIAS.....	84
6. APÊNDICES.....	87

1. INTRODUÇÃO

O estudo acerca da ética e sua importância para o Serviço Social brasileiro têm estimulado os assistentes sociais a aprofundar seus estudos e aproximá-la do cotidiano profissional em todo Brasil. As iniciativas de fomentar a alteração da temática são adensadas pelas discussões e publicações nos eventos (seminários, congressos, encontro nacionais do conjunto CFESS/CRESS², etc.), bem como na revisão do próprio código de ética e o processo de construção perene do Projeto Ético Político – PEP, da referida categoria.

O PEP, que vem sendo construído desde o final da década de 1970 – onde tem como marco o III CBAS, denominado “congresso da virada” –, e alcança sua maturidade na década de 1990, é composto por um “arsenal” técnico, jurídico e legal, teórico e metodológico, ético e político; tem sua difusão dada pelas instâncias de produção do conhecimento (graduação, pós-graduação, grupos de pesquisa, etc.), pelo arcabouço jurídico normativo (leis, resoluções, documentos normativos) e pelas organizações ético-político-normativas (Conselhos Federal e Regionais, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO).

Foi a partir do final da década de 1970 que diversos processos de mudança no Serviço Social tiveram início, como: ampliação e laicização da profissão, em que pese as aproximações com o marxismo (decorrentes da década anterior); vinculação sócio-política com a classe trabalhadora; inserção acadêmica e científica nos espaços de construção do conhecimento; militância política que ganha relevo na resistência à ditadura; desenvolvimento das entidades organizativas da profissão – conselhos regionais e o conselho federal; mudança no perfil profissional no sentido de fomentar um profissional comprometido com o processo de mudança na direção social defendida no Serviço Social brasileiro.

² Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e Conselho Regional de Serviço Social - CRESS

Tais mudanças se processam de forma a articular formação e exercício profissional aos valores e princípios emancipatórios, no que diz respeito à garantia de direitos sociais e ainda, numa perspectiva crítica e questionadora da realidade social, dentre outros aspectos.

A maturação e consolidação do PEP se dão numa conjuntura de redemocratização no país, onde, o contexto socioeconômico da década de 1990 acaba por impor inflexões à materialização do referido projeto profissional como problematiza Iamamoto (1996) afirmando que no âmbito macrossocial, foi imposto descenso dos direitos sociais pela via da sobreposição do mercado e do consumo frente às necessidades dos sujeitos e reproduzindo desigualdades inerentes ao processo de concentração de renda com a implementação da política neoliberal (NASCIMENTO, RAMOS E SANTOS, 2011).

Sendo o PEP um projeto em disputa no interior da categoria profissional, acreditamos que essa pesquisa possa contribuir no seu processo de consolidação tanto pela possibilidade de salientar as polêmicas referentes à compreensão ontológica dos fundamentos sócio-históricos da ética e conseqüentemente sua apropriação por segmentos da categoria, quanto pela sua pertinência no resgate da dimensão ético-política que se faz tão necessária no atual contexto social que vivemos de ofensivas capitalistas.

Adotamos uma postura crítica ao atual modelo de sociabilidade vigente. Ou seja, corroboramos com a proposta do PEP quando defende uma nova ordem societária balizada na liberdade e na emancipação humana.

Logo, fazer uma leitura da realidade de forma pragmática ou despreparada, incorre, além de um rebaixamento intelectual, num caminho cada vez mais distanciado do propósito/horizonte último do PEP que é a superação do atual modelo de sociabilidade.

Neste caso, situar o Serviço Social numa dada realidade concreta (esta sociabilidade), carece de uma crítica bem elaborada das reais condições a que está submetida à categoria profissional de assistentes sociais (nesse caso nos aprofundaremos na abordagem da temática da ética), bem como do conjunto de trabalhadores que compõe o tecido social.

Dadas às exigências de "um profissional crítico, teoricamente qualificado e politicamente articulado a valores progressistas" (BARROCO, 2012, p.77) inferimos que o processo perene de construção do PEP requer

que, também na produção intelectual se alinhe esse pensamento de forma tal que seja aprofundado o conhecimento e o fomento de estratégias de resistência e superação desse sistema.

Estudar sobre a ética e sua dimensão ético-política no serviço social foi um interesse que se deu a partir da inserção na iniciação científica em 2010-2011, onde tivemos a oportunidade de estudar sobre a materialização do código de ética no cotidiano profissional dos assistentes sociais em Mossoró³, bem como a partir da militância no Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS, e participação em encontros da categoria; onde mesmo na condição de estudante conseguimos construir e debater a importância da ética no processo de formação profissional, sobretudo na ocasião onde assumimos a pasta da formação profissional na coordenação nacional da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO (2010-2011 gestão ENESSO Vermelha). E, agora com a pós-graduação, buscamos dar continuidade aos estudos nessa área por entender a importância de verticalizar a continuidade da pesquisa nessa temática, bem como no processo pessoal e coletivo de formação tanto profissional como político.

Nesse sentido, nossa pesquisa adotou como objetivo geral Identificar e analisar as principais tendências ético-teórico-políticas presentes no debate da ética na produção intelectual do Serviço Social brasileiro no período de 2010 a 2012, partindo de análises dos anais das edições do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS (2010) e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS (2012) e como objetivos específicos, caracterizar e analisar o perfil dos trabalhos: temáticas, tendências, polêmicas, contradições e limites; identificar e analisar a direção social e sua relação com os fundamentos teórico-ético-políticos do projeto ético-político do Serviço Social e identificar e analisar como são incorporadas no debate da ética as categorias ontológicas que dão direcionamento teórico ao PEP. Para tanto, analisando as discussões em torno da ética nos seus fundamentos ontológicos, com vistas a contribuir com apontamentos em torno da necessidade e pertinência desse

³ A iniciação científica, por meio do PIBIC-CNPq 2010-2011, esteve sob a orientação da Prof^a Dra^a Sâmia Rodrigues Ramos e o amadurecimento teórico que aqui apresentamos decorre das reflexões construídas coletivamente com a orientadora e a, também, bolsista Lissa Chrisnara da Silva Nascimento.

debate que diz respeito ao fortalecimento do Projeto Ético Político – PEP da profissão.

Destarte, a forma como se apresenta nossa produção intelectual, oferece relevantes indicações ao nosso objeto, embora tenhamos que considerar que a realidade é muito mais complexa e exige sua apreensão na perspectiva de totalidade na análise da profissão e da vida social. Logo, esse processo aponta aquilo que está internalizado, apreendido pelos profissionais e pesquisadores no que diz respeito às exigências previstas para o assistente social, como também apresenta as temáticas, polêmicas, tensões, fundamentos ético-teórico-políticos e a direção social que permeia o debate (no nosso caso) acerca da ética.

Com essa dimensão, tínhamos adotado como pressuposto a existência de uma dissonância entre as exigências previstas no CE e no PEP e a apreensão dessas exigências no cotidiano profissional. Pensávamos haver contradições e ou limites no que diz respeito às indicações/exigências previstas no PEP e a apreensão no âmbito da produção intelectual.

Acreditávamos que apareceria nas tensões, polêmicas e formas de abordar a temática da ética, um entrave à materialização do PEP, uma vez que, desponta um discurso de crise do PEP⁴ e de inviabilidades à sua materialização em detrimento de uma reflexão e um entendimento do horizonte estratégico que este representa e precisamente, um déficit na apreensão de categorias ontológicas essenciais à lógica do PEP, a saber, indivíduo, sociabilidade e emancipação humana⁵.

É importante salientar a relevância acadêmica da pesquisa para ampliar as construções acerca da ética, uma vez que a maior parte da produção do Serviço Social nesta temática gira em torno dos limites e das possibilidades de materialização do PEP, do Código de ética, no cotidiano profissional⁶, tendo presente seus princípios norteadores. Também ressaltamos

⁴ Ver BRAZ e NETTO, 2007.

⁵ Entendemos por emancipação humana como “uma revolução com alma social que significa um movimento de profunda alteração e transformação da esfera da produção na perspectiva de que a classe trabalhadora assuma o comando e a direção ideológica da sociedade” (SANTOS, 2005, p.64) e ainda, “como o campo de criação das possibilidades para a existência concreta da liberdade e igualdade substantivas” (idem, p.293).

⁶ Segundo dados do XIII CBAS, cerca de 25% dos trabalhos aprovados foram nessa área, correspondendo a 208 trabalhos no eixo: projeto ético político, trabalho e formação. Sendo que desse número, 180 eram relacionados especificamente ao PEP. <disponível em

sua relevância sócio-política na consolidação do PEP pela via do debate como um indicativo de que é preciso contribuir com amadurecimento teórico de tais questões baseados no pressuposto de que a realidade é dinâmica e que as discussões sobre a ética ultrapassam as reflexões sobre a sua conceituação, ainda, fornece subsídios para pensar a realidade social e as determinações dessa, com seus rebatimentos para o enraizamento da ética e de seus fundamentos ontológicos na categoria profissional.

Num primeiro momento, surgiram inquietações tais como: porque os profissionais apontam sempre as dificuldades de materializar o que está contido no PEP? Tais apontamentos acompanham alternativas de superação desses limites? As conclusões a que chegam se repetem quase como de forma naturalizada? E esses questionamentos desdobram-se em alguns outros, donde centramos nossos esforços de investigação para identificar e analisar as principais tendências teórico-políticas que pululam o debate acerca da ética no âmbito da produção intelectual do Serviço Social brasileiro.

Entendendo que a realização da ética "não depende da 'boa' intenção dos profissionais; demanda um investimento em diversos níveis de capacitação e organização da categoria profissional; responsabilidade dos profissionais enquanto sujeitos participantes do processo de fortalecimento da profissão e da ética profissional" (BARROCO, 2012, p. 76), é possível afirmar que há um risco à materialização do PEP na atual conjuntura?

Em nosso entendimento não há crise no PEP, mas uma contradição entre este e a sociabilidade vigente em que o mesmo está sendo disputado. Isso, devido à natureza dos projetos e valores que fundamentam cada um ser em sua essência, antagônica. Essa inquietação aumenta quando a partir das pesquisas e estudos descobrimos que nessa sociabilidade as imposições que emanam do sistema capitalista rebatem em sérios limites para sua materialização, porque baseado na ontologia do ser social, o horizonte estratégico do PEP desponta na perspectiva do fortalecimento das possibilidades de construção da emancipação humana.

www.cfess.org.br

e <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/8031/6439> acesso em 27/09/2012 às 17hs>>. Contudo, apontamos a ampliação do debate no sentido de nos determos as polêmicas, desafios e direção social que permeiam as discussões, haja vista a quantidade de publicações/estudos feitos em torno dos limites e desafios postos ao PEP.

Nesse caso, gera tensão quando pensado na práxis cotidiana da profissão, na qual o/a assistente social se vê muitas vezes desnorteado/a pela barbarização da vida social apresentada para este profissional, sob a forma da questão social, tendo que responder, muitas vezes, de forma aligeirada e buscar alternativas na direção social que preconiza o PEP. Penso ser essa relação no mínimo tensa, nociva para a apreensão radical do PEP. Isso, considerando a dialética na relação teoria e prática associada à possibilidade de estar se "repetindo" uma ideia de não crise - entre o ser e o dever ser da profissão. O destaque para o termo *repetindo* vai ao sentido mesmo de tentar identificar a partir dos pressupostos: temáticas, limites, polêmicas, fundamentos e direção social; se há uma estagnação da compreensão do debate da ética, em especial suas categorias ontológicas: sociabilidade, indivíduo e emancipação humana.

A preocupação com a repetição de ideia de não crise decorre da constatação de um dilema a ser enfrentado donde temos reconhecimento, defesa e reivindicação do PEP bem como do método teórico-metodológico que fundamenta a direção ético-política da categoria, sem negar os elementos apontados pela vertente teórica que defende a "tese" da crise. E surge o questionamento: como vamos qualificar essa polêmica? Como vamos caracterizar essa tendência?

Ora, "os valores éticos se objetivam mediante posicionamentos e ações práticas e seu conteúdo é resultado da escolha e decisão de um *sujeito coletivo*: a categoria profissional, daí a importância da reflexão ética coletiva que busque desvelar o significado e fundação dos valores, da discussão que elege os princípios, valores e normas orientadoras da ética profissional configurada no CE" (BARROCO, 2012, p.76). Se é verdade que a produção intelectual da categoria sobre a ética caminha para afirmar o PEP e contribuir com sua manutenção, até que ponto há uma repetição de ideias e ausência de avanço e aprofundamento na sua compreensão, apreensão e consolidação?

Nossa investigação, além de contribuir para equacionar dilemas enfrentados no meu cotidiano acadêmico e profissional, servirá, também, para analisar o atual PEP como materializável no cotidiano e, neste sentido, verificar a existência ou não da sobreposição da luta endógena por projetos políticos-profissionais à luta mais geral da classe trabalhadora.

Essas perguntas que viabilizaram a proposta de pesquisa se fazem pautadas na análise de uma conjuntura adversa com insistentes investidas capitalistas que cotidianamente se põe e impõe limites e retrocessos no processo de emancipação tanto política quanto humana.

No limite, impõe sérias reflexões e nos convida a nos debruçarmos diante do produto histórico que é a profissão do Serviço Social de forma que encontremos na própria realidade e no referido PEP as alternativas de revitalização, superação (NETTO, 2009).

À medida que a investigação foi apresentado dados relativos a um processo, na verdade, uma resposta sócio-histórica ao processo de disputa e consolidação desse projeto de forma que trazia às claras a caracterização do tempo presente aliado a um discurso de reivindicação desse projeto político profissional, tivemos a oportunidade de constatar que nossos pressupostos estavam ainda distanciados da realidade, pois não conseguiam abstrair a dialética, a dinâmica e o conjunto de determinações que caracterizam e compõem esse percurso. Entretanto, esse momento foi de fulcral importância para nos convenceremos de que esse debate demanda muito mais do que posicionamentos favoráveis ou contrários à tese da “crise”.

Então, porque pesquisar nos anais do CBAS 2010 e ENPESS 2012? Quais são esses limites, tensões, polêmicas, temáticas, fundamentos ético-teórico-políticos e direção social que se apresentam no debate em torno da ética? Como já sinalizado, pelo risco que se tem quando não apreendido o real significado do produto histórico que é o PEP e ainda, por entender que esses dois encontros condensam uma das maiores expressões da produção intelectual da categoria, para além dos periódicos, revistas, livros e etc.

Em nossa pesquisa, de caráter documental – e primário, pois, a coleta de dados foi feita pelo pesquisador – nos propomos a perseguir nosso objeto a partir dos anais das edições do CBAS e ENPESS 2010 e 2012, respectivamente. No CBAS procuramos pelo eixo temático de fundamentos do Serviço Social. Localizamos os títulos que se referiam a temática e posteriormente, fizemos a leitura dos resumos, e selecionamos os que mais se aproximavam da nossa intencionalidade de estudo. No ENPESS, procuramos pelo eixo de ética, cultura, diversidade e direitos humanos. Contudo, nesses eixos, não foi possível colher o material suficiente para construção da pesquisa

porque embora as temáticas, sobretudo os títulos, tivessem relação direta com nossa proposta de pesquisa, o desenvolvimento da produção caminhava em uma direção paralela, porém, com outras determinações que extrapolavam nossa intencionalidade. Dessa forma, recorreremos ao eixo de fundamentos teórico-metodológicos do serviço social para subsidiar nossa demanda. Nisto, selecionamos 29 artigos para compor o conjunto analítico do nosso estudo. Destes, 16 artigos são do XIII CBAS e 13 do XIII ENPESS.

Fazer esse percurso de triagem nos possibilitou identificar concepção de ética, de sociedade, de indivíduo e de emancipação humana que permeiam os artigos respondendo assim, de forma satisfatória, às nossas inquietações a respeito da problemática apresentando: análises dos documentos, problematizações a respeito dos avanços, limites do debate, polêmicas, bem como, na identificação das tendências teórico-políticas que se apresentam em torno do debate e quais os fundamentos e a direção social presente nos mesmos e que caminham na defesa do atual PEP apontando, inclusive, que esse posicionamento reflete o movimento dinâmico que caracteriza o serviço social brasileiro como sujeito político coletivo que compõe, ainda que não de forma homogênea e nem exclusivamente, o campo da luta e da resistência anti-capitalista.

No decorrer da nossa apresentação, dividimos o texto em mais três sessões, além desta. A segunda, com o título **Projeto Ético Político e as configurações da ética no Serviço Social Brasileiro: o legado da Reconceituação**, apresenta elementos que compõem a história do serviço social situando a construção do PEP, juntamente com elementos da conjuntura, para possibilitar a identificação, em cada momento histórico, de como se encontrava o debate da ética na profissão. Note-se que essa explanação, assim como todo o processo descritivo-analítico, não se propõe a descolar o debate da ética das demais dimensões, quais sejam, dentre outras, política, teórico-metodológica, além da estruturação do PEP e sua relação no contexto da sociabilidade vigente, considerando a correlação de forças, o amadurecimento teórico, em vistas de denotar o caráter dialético e passível de percalços que perfilam a trajetória profissional nesse âmbito.

O primeiro sub-item dessa seção tem como título: **Crítica à ética tradicional**, trazendo apontamentos que situam o leitor(a) no período sócio-

histórico em que a profissão nascia e crescia balizada por teorias bem diferentes à que hoje direciona a profissão. Nesse processo, resgatam-se as fundamentações teórico-metodológicas conservadoras, acompanhada da crítica a essas perspectivas salientando assim, as implicações dessa dinâmica.

O segundo sub-item, **A ética no processo de renovação teórico-metodológica do Serviço Social: perspectiva de ruptura e enfrentamento do tradicionalismo**. Aqui caracterizamos o processo de ruptura com o conservadorismo trazendo a renovação dos códigos de ética, em especial o atual, de 1993, como ápice desse momento/movimento tão caro e atual para a profissão, bem como, fazendo apontamentos e relações com o PEP.

O terceiro e último sub-item dessa sessão, **Renovação Teórico-Metodológica: fundamentos ontológicos para apreensão do debate da ética**. Esse momento do texto é onde expomos nossa concepção de ética e apresentamos elementos acerca da constituição das bases ontológicas do ser social, tanto para denotar nossa apreensão, como para situar e explicitar qual/quais fundamentos ontológicos nos referimos quando dialogamos com os autores em análise.

A terceira sessão tem como título: **O debate da ética na produção intelectual do Serviço Social no período de 2010 a 2012**. Com esse recorte histórico, que compreende o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2010) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (2012), tentamos apresentar o panorama conjuntural em que se localizam os eventos, ressaltando sua importância e sua relação com o movimento da realidade.

O primeiro sub-item dessa sessão, **CBAS e ENPESS como espaço de socialização do conhecimento: perfil dos trabalhos**. Neste tópico trabalhamos com a apresentação das polêmicas, limites e ou contradições que pululam, o debate da ética no serviço social. As tabelas (apêndices) dão conta de oferecer o panorama que caracteriza esse cenário.

O segundo tópico, **Tendências teórico-metodológicas do debate sobre a ética no CBAS e no ENPESS**. Trazemos, nesse momento, do texto os apontamentos sobre as tendências que despontam por meio das temáticas e constituem, também, o lócus de investigação da pesquisa, seguido da última sessão, **Conclusão**.

2. PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL E AS CONFIGURAÇÕES DA ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: o legado da Reconceituação

Como marco primeiro e decisivo na releitura do Serviço Social latino-americano, o Movimento de Reconceituado merece ser pontuado – ainda que rapidamente – devido sua importância, sobretudo no Brasil em meados da década de 1960, donde seus rebatimentos oportunizaram uma revisão crítica da profissão em todo o continente. Logo, o debate intelectual e plural com as fontes clássicas dos paradigmas da modernidade, é herdeiro desse movimento que nos dias atuais aponta a e na direção e consolidação de um Projeto Ético Político Profissional.

No Brasil, nos anos de 60 e 70 do século XX, decorrentes das condições sóciopolíticas de repressão e autoritarismo no contexto da ditadura militar, restou ao Serviço Social modernizar as técnicas e estratégias de intervenção, sob a orientação conservadora. Somente a partir dos anos 80 do mesmo século, é que se fez possível repensar e por em prática a proposta de ruptura com o tradicionalismo, a integração social e o confessionalismo. Desse modo, avança para buscar caminhos voltados à superação do caráter paliativo, burocratizado e fragmentado do fazer profissional, questionando as bases que sustentavam a profissão e a consideração do indivíduo e da sociedade abstraídos das relações sociais.

Foi precisamente esse movimento que determinou e desencadeou esse processo de renovação do Serviço Social Brasileiro, especificamente na sua intenção de ruptura – tendência que possibilitou a interlocução com o marxismo, primeiro sem Marx – depois assumindo um resgate da inspiração marxista voltado para a interpretação da sociedade e da profissão numa perspectiva de totalidade social.

Esse período se faz importante para pensarmos uma série de acontecimentos nesse processo que tentaremos sintetizar, considerando larga produção na área. Nos anos 1970, a reforma universitária imposta pela ditadura legitimou, também, o serviço social no âmbito acadêmico. Os cursos

de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, bem como o fomento das especializações, permitiram ao serviço social consolidar a produção do conhecimento na área de forma que o corpo profissional pode operar sua acumulação teórica. Vinculado a esse momento temos uma fecunda e profícua interlocução com as ciências sociais e daí emergem quadros intelectuais respeitados no conjunto do corpo profissional, mas também em outras áreas do saber. Inclusive, alguns deles/as objeto desse estudo por suas contribuições – significativas e signatárias das aproximações, apreensões dos clássicos, na fonte – no debate que estamos pautando, acerca da ética na produção intelectual do serviço social.

As reflexões que foram construídas, processualmente, nesse ínterim contemplam as elaborações em torno do reconhecimento do serviço social enquanto profissão que se localiza na especialização do trabalho coletivo no marco da divisão sócio-técnica do trabalho; dispendo de estatuto jurídico, conforme a Lei de Regulamentação da Profissão, de número 8.662 de 7 de junho de 1993.

O fato de ser uma profissão não impede que seus agentes realizem estudos, investigações, pesquisas e que produzam conhecimento de natureza teórica que possam ser incorporados pelas ciências sociais e humanas. Tanto é que o presente estudo só se faz possível porque esse movimento tem propiciado ao serviço social assumir o papel de sujeito coletivo ético-teórico-político na resistência ao projeto societário vigente.

Assim, enquanto profissão, o serviço social pode se constituir, e se constituiu nos últimos anos, como uma área de produção do conhecimento, apoiada, inclusive, por agências públicas de fomento à pesquisa, por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Destarte, a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional – nela se empregaram abertamente vertentes críticas, destacadamente as inspiradas na tradição marxista – contribuiu para instaurar um pluralismo, com direção social, e a incidência de concepções teórico-metodológicas capazes de propiciar a crítica radical das relações sociais e econômicas vigentes.

Este componente atravessa os anos 1980 e permanecerá na agenda profissional ao largo da década seguinte, ganhando peso o debate sobre a

formação profissional em vista das diretrizes curriculares de 1982 e sua normatização em 1996 que ambas foram precedidas e sucedidas de amplas e produtivas discussões, fortemente estimuladas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ABEPSS.

Também compõe essa agenda, o redimensionamento do ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira. Dito de outra forma, a construção de um novo perfil profissional. Dar-se, dessa forma, um alargamento da prática profissional, crescentemente legitimado seja pela produção que a partir dela se elabora – notadamente desmistificando o conflito teoria x prática – seja pelo reconhecimento do exercício profissional pelo conjunto dos usuários.

Tal movimento não se deve unicamente à requalificação da prática profissional (graças a acumulação de massa crítica e ao redimensionamento da formação), mas, também pela conquista de direitos cívicos e sociais que acompanhou a restauração democrática na sociedade brasileira – ainda que com determinações próprias da ordem burguesa – por exemplo, práticas interventivas com determinadas categorias sociais como crianças, adolescentes, idosos, etc., que só se puderam viabilizar institucionalmente porque receberam respaldo jurídico-legal.

Ainda nos anos 1980, as vanguardas profissionais procuraram consolidar essas conquistas com a formulação de um código de ética, instituído em 1986.

Quem tem medo da ética? Esse mote nos leva a pensar também que embora não tenha alcançado relevância necessária, é na sequência do código de ética de 1986, e após sua revisão em 1993, que esta temática se espraiou no serviço social e que se constituiu como mostra da pesquisa, expressiva, de Maria Lúcia Barroco em 2001 e que nos dias de hoje, essa intelectual contribuiu significativamente nos debates da categoria em torno da ética, pois se constituiu como referência teórica no assunto. Suas contribuições e elaborações são amplamente utilizadas nos debates, estudos, pesquisas e alterações sobre ética e ética profissional.

O Projeto Ético Político do serviço social no Brasil se configurou em sua estrutura básica assinalando o seu caráter aberto, no que diz respeito a

manutenção de seus eixos fundamentais, sendo suficientemente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios. Dentre eles o de identificar como temos caminhado na construção e consolidação do debate em torno da concepção de ética defendida e socializada, via produção intelectual.

Trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento a exemplo da manutenção de seus eixos fundamentais que pode ser encontrado nas discussões acerca da formação profissional, produzidas a partir das exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996), donde as orientações propostas por representantes do corpo profissional ratificam a direção da formação nos termos do PEP. (Lei de diretrizes curriculares, cap.1,1996).

Este projeto profissional tem em seu núcleo central o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas a ele inerente – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Assim, trata-se aqui de uma liberdade que se articule com outras determinantes mais amplas como o ideal de igualdade e respeito. Uma liberdade que vai na perspectiva de superação do atual modelo de sociedade, que garanta aos indivíduos as demandas inerentes a essa liberdade.

A liberdade como capacidade humana é, portanto, o fundamento da ética. Assim, agir eticamente, em seu sentido mais profundo, é agir com liberdade, é poder escolher conscientemente entre alternativas, é ter condições objetivas para criar alternativas e escolhas. Por sua importância na vida humana, a liberdade é também um valor algo que valoramos positivamente, de acordo com as possibilidades de cada momento histórico. Por tudo isso, podemos perceber que a liberdade é também uma questão ética das mais importantes, pois nem todos os indivíduos sociais têm condições de escolher e de criar novas alternativas de escolha (BARROCO, 2007, p.48).

Aqui, a liberdade não é entendida segundo a lógica do mercado e sim sob a perspectiva de autonomia dos sujeitos não só como demiurgo de seu viver, mas que atinja também a dimensão da construção coletiva, intencionando a viabilização de um solo fértil para a expansão. Ou seja, a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

Também, esse projeto aponta a defesa e a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. Esse princípio remete não só ao amadurecimento político da categoria como também o posicionamento contrário à lógica privatizante do sistema capitalista pós 1970. Contrário também a uma conjuntura adversa para a classe trabalhadora que se encontra em meio aos artifícios do capital com sua liberdade restringida, sua dignidade desrespeitada e injustamente excluída e explorada.

Logo, a participação nos espaços de discussão e construção de políticas públicas é lócus de intervenção do profissional do serviço social que atento a essas determinantes mostra na sua prática profissional o compromisso com o aprofundamento da cidadania, bem como, com os serviços ofertados aos usuários legitimando, assim, a relevância do trabalho do assistente social e a participação no fortalecimento da luta.

O projeto contempla, também, a garantia do pluralismo, por meio do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e do compromisso com o consoante aprimoramento intelectual. Esse princípio encaminha o debate acumulado nos anos 1980 quanto as correntes que disputavam a direção social do projeto profissional.

O que se conseguiu com isso foi garantir que haja pluralismo, que não significa misturar todas as correntes, mas garantir o diálogo entre elas sem que se torne ecletismo. Por isso a defesa do pluralismo com hegemonia. Uma característica interessante foi à desmistificação do mito da neutralidade. Essa discussão colocou as claras a disputa no terreno das ideias e a afirmação da corrente teórica hegemônica, até os dias atuais, no projeto profissional da categoria que é a social crítica.

A dimensão ético-política do referido projeto é claramente enunciada pois se posiciona a favor tanto da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e serviços e a serviços relativos às políticas e programas sociais, como também a favor da ampliação e consolidação da cidadania que são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático,

considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (CFESS, 1993).

O PEP implica, neste sentido, o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social, daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve ponderar preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante (pré)ocupação investigativa.

Guerra (2008) nos leva a pensar a profissão de forma que, ainda que possa ser considerada de natureza interventiva, é inerente e se articulam algumas dimensões, quais sejam, técnico-instrumental, formativa, intelectual e ético-política. Daí que duas modalidades de conhecimento são fundamentais para o serviço social: o conhecimento que forneça subsídios para a intervenção imediata nas variáveis do contexto e que, portanto, sejam imediatamente instrumentalizáveis e conhecimento sobre os fundamentos (econômico-sociais, políticos e ideo-culturais), o modo de ser e proceder, a lógica interna, propriedades constitutivas e articulação dos fenômenos, processos e práticas sociais.

Tais fundamentações fornecem subsídios ao planejamento, iluminam os valores e objetivos, possibilitam estabelecer estratégias e táticas técnico-políticas de intervenção profissional. Destarte, a **dimensão intelectual** permite (re)conhecer os princípios, os fundamentos da ordem burguesa e as programáticas de ação utilizadas e pelas forças organizadas do trabalho, suas necessidades sociais, as quais, por meio de um conjunto de mediações, travestem-se em requisições à pelo grande capital prática do assistente social.

2.1 CRÍTICA A ÉTICA TRADICIONAL NO SERVIÇO SOCIAL

A gênese do Serviço Social está vinculada, segundo Barroco (2003), as demandas sócio-históricas postas ao enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social”, pelo Estado e classe dominante em um contexto de

capitalismo monopolista. A partir dessa consideração podemos notar algumas tendências éticas históricas no Serviço Social, específico a cada momento e contexto, como o conservadorismo moral.

O enfrentamento moral das expressões da “questão social” é uma resposta às consequências da relação “capital x trabalho”, significando nessa perspectiva a despolitização de seus fundamentos socioeconômicos e ideopolíticos que são vistos fora da totalidade social. A perspectiva de equilíbrio e ordem do conservadorismo moral explicita valores morais e pressupostos teórico-políticos encontrados tanto no positivismo quanto no neotomismo⁷, bases da formação profissional, em sua origem.

Assim, considerando a formação moral dos indivíduos sociais característico dessa tendência ética, o Serviço Social foi atingido de forma peculiar por ser uma profissão historicamente feminina e de origem católica.

A formação moral da mulher, nos moldes conservadores, lhe confere “virtudes” que passam a compor determinados papéis: educada para assumir uma responsabilidade na educação moral e cívica dos filhos, a mulher é potencialmente formada para profissões que se legitimam socialmente como “profissões femininas”, das quais se exigem mais um perfil adequado a padrões morais conservadores, do que propriamente qualidades técnicas e intelectuais (Barroco, 2003, p.78).

Com o Serviço Social fundamentado numa moral conservadora, instrumento para o enfrentamento das expressões da “questão social”, a formação das assistentes sociais, neste contexto, será reforçada pela cultura moralista de educação das mulheres.

A compreensão teórica do conservadorismo enquanto pensamento social não significa apenas a continuidade e a perpetuação, no tempo, de um conjunto de ideias herdadas do pensamento intelectual europeu do século XIX, mas, também, um ideário que, reinterpretado no presente, transforma-se em uma forma de interpretação e explicação da sociedade, ao mesmo tempo orientador de projetos voltados para uma intervenção favorável à manutenção da ordem burguesa.

⁷ Pensamentos que fundamentam os códigos de ética do Serviço Social até 1975, a intenção ético-moral dos profissionais é caracterizada pela natureza e religião, que são bases dos pensamentos e filosofias que fundamentam a ética tradicional do Serviço Social neste contexto, voltadas aos desajustes sociais e na dicotomia bem e mal. O positivismo tendo Émile Durkheim como principal teórico e o (neo)tomismo tendo São Tomaz de Aquino.

Nesse sentido, no Brasil, tendo o serviço social emergido e implantado na década de 30 do século XX e ainda sob influência do serviço social europeu (franco-belga), traz as marcas do pensamento conservador e religioso.

Gradualmente, consolida-se esta profissão, que se desenha diretamente vinculada à modernização do capitalismo em seu processo de industrialização donde a própria Ação Católica Brasileira, que possibilitou as bases para o surgimento do serviço social no Brasil, teve influência da França e do pensamento conservador do século XIX⁸.

A moralização da “questão social” se dá na metade do século XIX em contraposição à efervescência dos movimentos do proletariado na busca por direitos, onde a ação do Estado, articulada com a classe dominante, além de reprimir os segmentos proletários, também, impele à despolitização de suas reivindicações. Segundo Barroco (2003, p.80), “a organização política dos trabalhadores é construída na vida cotidiana, em face à alienação e das respostas que possibilitam suspender a cotidianidade alienada”, luta esta que se baseia na superação da ideologia individualista da classe dominante e se opõe ao conservadorismo moral que tratava a questão social como um distúrbio e ou desvio de caráter, em detrimento de uma reivindicação consciente por melhores condições de vida e de trabalho.

A resposta capitalista, no contexto dos monopólios, frente às expressões da “questão social” é colocada de forma sistêmica por parte do Estado e da classe dominante, segundo Barroco (2003), na perspectiva de legitimação da ordem e garantia da reprodução da força de trabalho. Tais respostas são (re)produzidas tendo uma posição enfática e características tradicionais e hierárquicas do conservadorismo, tendência essa que devido seu sistema moral de “ordem” age com repressão aos movimentos sociais trabalhistas. Compreende-se que a moralização da “questão social”, estratégia conservadora de controle da classe trabalhadora, se efetiva na sociedade capitalista com o objetivo de fragilizar o potencial emancipatório das lutas operárias.

⁸ A presença das ideias do pensamento conservador do século XIX influenciando as ciências sócias e, através delas o serviço social, na perspectiva do conservadorismo moderno, é objeto de discussão de Lamototto em sua obra de 1994. Sua reflexão baseia-se especialmente nas elaborações de Nisbet (1969 e 1980), Mannheim (193 e 1976), Lefebvre (1974), Martins (1978).

A partir da tendência moralizadora, fundamentada no tomismo, “a Rerum Novarum concebe a desigualdade social como uma decorrência da diversidade de funções naturais, o que justifica as condições sociais de classe” (Barroco 2003), e mostra a moral como condicionante da fé cristã, impondo-se aos fiéis como dogmas, de natureza imutável.

A dimensão ética da profissão, segundo Barroco(2003), se afirma nas Escolas de Serviço Social, na qual fazem uso de princípios éticos tomista, positivistas e do pensamento conservador. A partir de determinantes históricos novos, o neotomismo repõe a filosofia tomista, que tem como base de pensamento a razão e a fé, subordinadas as leis naturais, imutáveis, que se expressam na sociedade enquanto um funcionalismo “harmônico” em prol do “bem comum”.

Para tal filosofia, a “auto-realização da pessoa humana” supõe a moralidade ou “consciência reta” voltada à objetivação dos valores universais que adquirem sentido absoluto e se dirigem ao “fim último” da existência humana: a “perfectibilidade”. Ao obedecer às leis morais, os homens realizam sua “essência”, o que os aproxima de Deus, fonte dos valores universais (BARROCO, 2003. p.91-92).

Na perspectiva neotomista, o Estado e as instituições como família e Igreja devem mediar essa funcionalidade para garantir as características da “ordem natural”, como hierarquia e autoridade, porém esta tarefa é de principal responsabilidade da família e da Igreja, ficando o Estado em segundo plano.

Sob este contexto, em meados do século XX, segundo Barroco (2003), institui-se um dado *ethos* profissional que compõe a ética profissional do Serviço Social, o qual se efetiva nos Códigos de Ética de 1947 a 1975, legitimando sua prática moral, sua moralidade, sua sustentação filosófica, sua expressão formal e sua imagem social.

A partir do pensamento positivista, a ação dos(as) profissionais de Serviço Social terá por finalidade eliminar os “desajustes sociais” que desarmoniza a funcionalidade da sociedade capitalista, nessa perspectiva a intervenção das assistentes sociais é caracterizada como moralizadora de caráter individualizado e psicologizante.

Esta ética profissional de cunho moralista, favorece a reprodução dos preconceitos ao moralizar a “questão social” e seu discurso humanitário

originário, que legitima os interesses burgueses e aliena o indivíduo em suas relações sociais.

Assim sendo, os códigos de ética de 1947 a 1975 caracterizam a imagem de uma profissão “humanista”⁹, como forte apelo ético-moral, segundo Barroco (2003), sendo estes os únicos documentos normatizadores da profissão de cunho ético até os anos de 1990.

Essa reflexão nos remete a pensar como esse processo de disputa pela hegemonia do PEP, fundamentado em matrizes teórico-metodológicas que impele uma construção ético-política, repito, dentro dos limites da sociabilidade capitalista, tem se expressado na socialização da produção intelectual do Serviço Social brasileiro. Em que pese a conjuntura mediada pelo acirramento da luta de classes no plano político, mas também e sobretudo, socioeconômico.

2.2 A ÉTICA NO PROCESSO DE RENOVAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL: perspectiva de superação e enfrentamento do tradicionalismo

O código de ética de 1986 superou as concepções filosóficas fundamentadas pelo neotomismo, que faziam parte dos códigos de ética profissional desde a primeira formulação em 1947. Ao negar as bases filosóficas tradicionais, o código de 1986 afirmou princípios como o da contradição e do compromisso, que deslegitimaram os princípios da harmonia e da neutralidade profissional existente nos outros códigos.

Este código afirma um novo papel profissional no Serviço Social, o qual a partir do processo de renovação teórico-política e teórico-metodológica requer uma capacitação da ação profissional de maneira mais autônoma e interventiva com o objetivo de viabilizar as demandas de interesses dos usuários.

⁹ Baseada num humanismo abstrato e metafísico.

Em função disso, o assistente social deve estar atento para a conotação política da profissão e para os consequentes desafios de uma ação comprometida. Com esse novo perfil, o assistente social se depara com a necessidade de acompanhar e produzir estudos e pesquisas, mantendo-se sempre atualizado com as discussões de sua área a fim de subsidiar sua ação ético-política. Assim sendo, compreende-se que este código, considerando seu contexto de construção sociopolítico, abarcou as conquistas do Serviço Social desde o Movimento de Reconceituação, representando um grande avanço nas bases normativas da profissão. Entretanto, na prática, este código se mostrou insuficiente, pois sua operacionalização no cotidiano profissional era fragilizada pelos limites teórico-filosóficos.

Para o código atual aprovado em 1993, tem-se como objetivo articular a normatização com a realidade sócio histórica e de totalidade da prática profissional, preservando os avanços e conquistas do código de 1986 com legitimação e eficácia, para construção de um projeto profissional articulado a um projeto societário emancipatório.

Compreendendo a reflexão ética como uma apreensão do significado da moral, sendo esta uma construção sócio-histórica centrada no bem e no *dever ser*, na contemporaneidade sua objetivação envolve e expressa as condições para liberdade. Porém, esta liberdade se faz mais como um projeto do que como uma realidade dada, em outras palavras, uma possibilidade inscrita no real. Logo, a sociedade burguesa fundamentada em estratégias liberais fornece um quadro jurídico de direitos¹⁰, mas também o bloqueia objetivando manter sua ordem de dominação.

Historicamente, a classe trabalhadora sofreu diversas modificações em seu modo de ser e agir, por condicionantes diversos, mas nada se compara aos rebatimentos que a instalação do modo de produção capitalista trouxe para a mesma, ao transformar o exercício da atividade livre em trabalho alienado, estranhado, fato este que, desde então, passou a impedir homens e mulheres de terem uma vida dotada de sentido, dentro e fora do trabalho. Também é inconteste que essa classe sempre se organizou para reivindicar, com

¹⁰ Donde se limita o acesso aos direitos civis e políticos no âmbito da democracia liberal burguesa, em que pese toda discussão acerca da igualdade de oportunidade e igualdade de condições. Ver Behring 2006.

intensidade ou não, os direitos que, com a instalação desse modo de produção, passaram a ser-lhes negados.

A luta por uma nova sociabilidade surge da própria luta entre as classes, do processo de construção do conhecimento, quando do momento que as classes subalternas conseguem compreender de onde surge a exploração (da alienação do trabalhador) e quem é o responsável pela sua manutenção e reprodução (o capitalismo via Estado). Pensamento este que se filia ao comunismo, que visa à transformação social, corrente esta cuja maioria das forças progressistas¹¹ têm se inspirado para balizar sua práxis.

É, então, da compreensão comunista de que no Estado, “o poder político sempre foi a maneira legal e jurídica pela qual a classe dominante de uma sociedade sempre manteve seu domínio” (CHAUÍ, 2000, p. 409), que esta mesma corrente propõe, inicialmente, a tomada de poder pela classe trabalhadora e, conseqüentemente, supressão do Estado (MARX & ENGELS, 2008).

A luta pela tomada do poder, luta de classes, luta contra a dominação, se converte em luta anticapitalista, uma vez que é com esse modo de produção que se instaura a exploração do trabalho e a opressão dos trabalhadores (utilizando-se do aparato estatal) – essencial para a manutenção e reprodução do sistema capitalista (CHAUÍ, 2000). Sendo assim, a luta não é apenas pela construção de um Estado Proletário, mas também pelo fim do modo de produção capitalista e do próprio Estado.

Situamos esses pontos para sustentar que a luta em defesa dos direitos sociais remete a um embate direto com o Estado, ainda que a luta se dê por dentro de sua estrutura, deve ser articulada com o movimento geral da sociedade, sobretudo as forças organizadas do trabalho, de forma que seja cada vez mais enraizada a cultura da contra hegemonia e da resistência à todas as formas de negação de direitos, bem como do atual modelo de sociabilidade. Os direitos sociais e humanos – que expressam as necessidades oriundas do conflito entre as classes – mesmo com as legislações e documentos que “zelam” esses direitos, sejam eles civis, políticos, sociais,

¹¹ Partidos políticos, movimentos sociais negro, LGBT, MST, CEB's, segmentos de categorias profissionais as mais diversas, com maior incidências as áreas humanas e humanas aplicadas, dentre outros.

econômicos, ambientais, dentre outros, como produto das lutas dos trabalhadores, é produto, também, da correlação de forças entre as classes, presente no tempo histórico.

É bom que fique claro que o antagonismo presente nos discursos das classes burguesa e proletária, deriva da dinâmica do real e dos interesses em disputa. Sendo, pois, obstaculizada à realização da emancipação política e humana – bem como do atendimento as necessidades dos sujeitos sociais na íntegra – nos marcos do capitalismo. Trata-se de apostar nas possibilidades inscritas no real e ultrapassar as impostas limitações burguesas. Para tanto, é essencial, a liquidação do atual modelo de sociabilidade (NETTO, 1990) para que se supere o presente contexto de retração/negação de direitos e como dizia Marx, eis o papel mundial do proletariado (MARX e ENGELS, 1971). Longe de despolitizar a questão da desigualdade e as demandas por direitos, mas a história tem mostrado que são as lutas sociais e não os contornos da democracia formal que tem propiciado mudanças significativas na sociedade.

Nesta perspectiva, a luta democrática para ampliação dos direitos “colide” com os interesses capitalistas, daí a ideia de que esta luta por consolidação da cidadania e democracia se encaminhe para uma ordem mais igualitária onde seja combatida, em vista de sua superação, toda forma de exploração/opressão do homem pelo homem e as condições favoreçam a plena expansão dos indivíduos sociais. Construção de novos valores éticos que assegurem a liberdade e equidade dos indivíduos.

Com isso, na ética atual cabe uma discussão para além do fatalismo e crise de valores morais, detectando, nas contradições atuais e emergentes, suas possibilidades de superação e constituição de novos valores. Uma ética sempre comprometida com projeções sociais e nunca neutra, fundada na ontologia do ser social.

Assim sendo, a reflexão ética¹² para o Serviço Social tem uma fulcral relevância, principalmente se levarmos em conta a categoria profissional enquanto trabalhadores/as assalariados/as tendo sua prática voltada para

¹² Entendemos a reflexão ética como “um espaço específico de reflexão sobre o modo de ser constitutivo do homem como sujeito ético, ou seja, sujeito racional capaz de escolher valores e ações que conduzam à liberdade, entendida como um bem.” (BARROCO, 2007).

outros trabalhadores pertencentes a uma sociedade brasileira culturalmente conservadora, socialmente díspar.

A ética orienta as relações entre profissionais e profissionais e profissionais e sociedade, expressando sua moralidade detendo, duas dimensões: como espaço de reflexão teórica sobre os fundamentos da moralidade e como resposta consciente de uma categoria profissional às implicações ético-políticas.

A reflexão ética para o Serviço Social propicia a superação de uma ética abstrata e idealista. Nesse contexto, a essência humana é tratada como uma construção histórica da sociedade, que a partir do trabalho desenvolve-se social, consciente e livremente, construindo identidades, espaços de inter-relações sociais, o eu genérico. Na perspectiva do homem como ser genérico, que media sua particularidade com a universalidade humana, a reflexão ética profissional está inserida em um projeto social mais amplo.

O assistente social tem como finalidade de sua ação mediar os interesses das classes dominantes e Estado com os interesses das classes trabalhadoras, atuando no processo de extremas contradições que está envolvido as relações sociais, ou seja, lida diretamente com as expressões da Questão Social. Os interesses dicotômicos, que partem destas esferas sociais (classes e Estado), fazem do Serviço Social uma profissão de caráter ético-político, a qual deve resposta às diversas e divergentes demandas impostas por estas relações sociais.

Nesta tendência, as conclusões do 7º CBAS,

[...] sugerem um projeto profissional voltado para construção de uma nova sociedade de base igualitária e democrática, propondo como estratégia a luta pela redefinição da cidadania por intermédio da expansão dos direitos sociais e políticos (Anais, 1992, p.170).

Destarte, direcionando o projeto da categoria à construção de uma sociedade que tenha como valores centrais a liberdade e a igualdade, e ultrapasse esse modelo de sociabilidade que nega a efetivação dos direitos humanos e sociais, bem como deslegitima a democracia.

O código de ética para o Serviço Social, além de ter o caráter normativo e jurídico, necessário para legitimação da profissão, estabelece o

agir profissional do assistente social, a partir de deveres, direitos, normas e proibições. Este é um documento destinado a garantir a qualidade dos serviços prestados, compreendendo as diversidades das demandas, condições e possibilidades que podem dificultar a atuação profissional.

Apesar de o código ser um documento normatizador da profissão, este não garante sua efetivação por si só, o profissional possui sua autonomia enquanto indivíduo para obter e ou por em prática ou não os valores presentes neste. Contudo, devemos compreender este documento, imprescindível a uma boa atuação, como resultado do saber teórico-metodológico e das condições e contradições ético-políticas que articulam a dimensão profissional com a vida social, a fim de afirmar os valores de um projeto profissional fundamentado em uma projeção social emancipatória.

Nesse sentido, o código de ética de 1993 traz na sua constituição o produto de um amadurecimento teórico-prático, jurídico-legal e ético-político que consegue contemplar os aspectos que ficaram em déficit no código de 1986. Do ponto de vista da filosofia e da orientação para a prática no cotidiano esse código inova os aspectos de fortalecimento da denúncia e do rompimento com as teorias conservadoras oriundas do neotomismo, mas, esse código avança no sentido de alcançar valores não mais abstratos. Esses aspectos remetem a questões centrais de posicionamento em favor da articulação com setores progressistas e a classe trabalhadora como forma de condensar e materializar princípios éticos e políticos que são hegemônicos na categoria e que se contrapõe ao conservadorismo no cotidiano de trabalho (BARROCO, 2008).

De fato, o código de 1986 carecia de uma consistência teórica que fundamentasse e legitimasse essa ruptura. O novo código de 1993 vem, portanto, trazendo uma definição específica de ética, de classe e de ser social que baliza o fazer profissional a partir do movimento de reconceituação como também do processo pelo qual passava a sociedade que era a redemocratização e a exigência da ética na política.

A preocupação que se tinha para com esse código era aproximá-lo, também, como um mecanismo eficaz de defesa do exercício profissional e torná-lo um instrumento efetivo no processo de amadurecimento político da categoria. Assim, a definição de onze princípios éticos e políticos condensam a

proposta teórica e ideológica de um projeto profissional composto por uma lei de regulamentação, elaborações teóricas e um código de ética que caminham e se afirmam no contra fluxo de uma sociedade heterogênea, injusta e desigual.

A construção coletiva desse novo código aponta onze princípios que numa lógica de articulação se coadunam e dão sentido e nexos organizativo, teórico e político para cada um e a todos.

A renovação do código contou com a mobilização nacional da categoria que num processo democrático e plural conseguiu aprovar não só as mudanças no código, mas construir coletivamente apoio às lutas e aos movimentos sociais e uma postura comprometida com a defesa da profissão e os princípios que a norteiam.

2.3. RENOVAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: fundamentos ontológicos para apreensão do debate da ética

É importante pensar que para se estudar ética e compreender seus fundamentos ontológicos deve-se partir do pressuposto de que homens e mulheres são sujeitos construídos social e historicamente, e, que toda postura que se dedique a superar o que já se tem por conhecido deve ser questionadora e capacitada a se indignar com o que está posto como determinações que impõem ao ser social inflexões quanto a sua autoconstrução.

Quando aferimos que homens e mulheres são construídos social e historicamente, estamos remetendo a questão de que o ser social é assim entendido em face da sua capacidade de se relacionar com a natureza e com os outros indivíduos. Essas relações fazem desse homem um sujeito que cria e recria situações e conseqüentemente seus hábitos, costumes, sua história. Logo, esse processo demarca sua atuação, participação e contribuição transformadora ou não no que concerne ao seu devir.

Sendo assim, a “ética – aqui entendida como modo de ser socialmente determinado – tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social”

(BARROCO, p.20, 2008). E nesse sentido, destacamos que essa autoconstrução se dá na medida em que o indivíduo social interage com o meio no qual está inserido construindo mediações para satisfazer suas necessidades tanto materiais/objetivas manipulando a natureza, como também subjetiva no desenrolar das relações sociais.

Lukács (1978) reconhece o trabalho – enquanto base dinâmico-estruturante – na centralidade ontológica do ser social entendendo que o processo que o ser social faz para trabalhar reflete todas as capacidades que lhe são próprias e que lhe torna diferentes dos animais, quais sejam: a capacidade teleológica, a razão, a consciência, a sociabilidade. E, nesse processo o ser social amplia o domínio sobre a natureza e sobre si próprio e daí provém à objetivação do sujeito¹³.

Os homens (ser social) conseguem atingir seu desenvolvimento de forma superior (aos demais animais), ontologicamente, sobretudo porque “altera a adaptação passiva, meramente reativa, do processo de reprodução do mundo circundante, porque esse mundo circundante é transformado de forma consciente e ativa” (LUKÁCS, 1978, p.6). Logo, o trabalho deixa de tão somente expressar essa particularidade do ser social para, também, no plano ontológico, converter-se em modelo da forma de ser do ser social em seu conjunto (idem).

Quando pensamos esse conjunto de capacidades nos questionamos qual seria a ferramenta utilizada para enfrentamento da realidade. Tendemos a admitir que seja a racionalidade, contudo, como nos lembra Cortela, “não basta pensar para que as coisas aconteçam, é preciso agir” (1998: 40).

Observamos, pois, que para conseguir responder de forma satisfatória as suas necessidades, os indivíduos sociais precisam de condições objetivas para fazê-lo.

Os homens devem estar vivos para poder ‘fazer história’. Mas, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma ação condição fundamental de toda história, que ainda hoje,

¹³ “Quando se afirma que a objetividade é uma propriedade primário-ontológica de todo ente, afirma-se em consequência que o ente originário é sempre uma totalidade dinâmica, uma unidade de complexidade e processualidade” (LUKÁCS apud BARROCO, 2008, 20).

como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX e ENGELS, 1982, p.22).

Tal processo se desenvolve de forma a articular as dimensões da teleologia, razão, consciência e sociabilidade. A teleologia é o momento onde o ser social, dotado de razão e consciência, antecipa – no plano ideal – aquilo que vai produzir/executar. Esse processo de ideação, ou prévia ideação é o que diferencia, nas palavras de Marx, o pior arquiteto da melhor abelha. Esta produz por extinto seus favos assimétricos; aquele, por sua vez, prevê/idealiza antes de executar. A teleologia movimenta as causalidades. Essa particularidade do ser social possibilita apreender as determinações do movimento dinâmico da realidade que move e é movido pela teleologia como reflexo da consciência.

A razão e a consciência são capacidades do ser social que lhes possibilita pensar a realidade para si e para outrem ponderando causa e efeito, rebatimentos e determinações de sua ação¹⁴. Como aponta Lukács,

Não se deve esquecer que os complexos problemáticos aqui emergentes (cujo tipo mais alto é o da liberdade e da necessidade) só conseguem adquirir um verdadeiro sentido quando se atribui – e precisamente no plano ontológico – um papel ativo à consciência (1978, p.05).

Nesse sentido, “o animal tornado homem através do trabalho” é esse sujeito que – na condição de ser social – dá respostas, corroborando que “toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca” (idem).

A sociabilidade é o espaço constituinte e constitutivo das relações sociais, onde a interação do ser social com a natureza, bem como com outros homens compõe o cenário da perene (auto)construção do ser social. Essa por sua vez, se coloca como constitutiva da gênese do ser social e inerente as

¹⁴ Talvez surpreenda o fato de que, exatamente na delimitação materialista entre o ser da natureza orgânica e o ser social, seja atribuído à consciência um papel tão decisivo. Nos casos em que a consciência não se tornou um poder ontológico efetivo, essa oposição jamais pôde ter lugar. Em troca, quando a consciência possui objetivamente esse papel, ela não pode deixar de ter um peso na solução de tais oposições. (LUKÁCS, 1978, p.5)

suas atividades, de forma que os homens só conseguem constituir-se como tal em relação com os outros e com a natureza (BARROCO, 2008).

Partindo dessas capacidades desenvolvidas pelo ser social, que se diferencia dos animais a partir de um *salto ontológico*¹⁵, este se desenvolve como sujeito livre, consciente e universal. Como aponta Marx (1993), fazendo uma analogia entre as atividades humanas e dos outros animais, todos produzem. Porém, o indivíduo produz para satisfazer uma necessidade que é física, mas também, social. Portanto, pondo em prática toda capacidade racional, projetiva, intelectual e criativa para modificar o ambiente a sua volta.

Esse agir racional que cria respostas às suas necessidades gera necessariamente novas perguntas e objetivamente materializa-se em condições que diferenciam o homem dos outros animais. Essas capacidades que constituem o ser social e sua gênese se desenvolvem no trabalho, entendido aqui como a principal forma de práxis¹⁶.

É no decorrer de sua objetivação que o indivíduo cria alternativas para que a partir delas possa fazer suas escolhas. Essas escolhas possibilitam as alternativas e daí à gênese da liberdade. “Pois a liberdade, para Marx, não consiste na consciência da liberdade ou das escolhas, mas na existência de alternativas e na possibilidade concreta de escolhas entre elas.” (BARROCO, 2008, p.26).

Uma reflexão que perpassa esse processo, é que a valorização das determinadas situações que surgem para o ser social, onde este será submetido a um processo de escolha, se dá após a apresentação das alternativas e quando a liberdade atinge uma dimensão fundamental de escolha entre essas alternativas; ela – a liberdade – viabiliza a realização de práticas ético-morais. Do contrário, tais atividades seriam obstaculizadas.

Os valores possuem, assim como a ética, um caráter sócio histórico, ou seja, construído a partir de um entendimento da sociedade e da época em que se vive. A moral é imbuída de um aspecto normativo que se reflete na

¹⁵ Ver LUKÁCS, 1979.

¹⁶ A práxis é uma ação prática consciente sobre a natureza, criando um produto objetivo antes inexistente. A práxis desenvolve-se fundamentalmente através do trabalho, assegurando a (re)produção material e espiritual da vida humana. Através do trabalho, o homem não apenas se adapta à natureza, como o animal, mas passa a agir sobre ela, transformando-a de acordo com seus propósitos. (BARROCO, 2007)

reprodução de costumes e hábitos que permeiam o viver e o fazer-se do ser social.

É importante fazer a distinção do que seja valor, moral e ética. Para tanto, recorreremos a Vázquez (1969) que aponta o valor como parte do ato moral, presente no cotidiano. Segundo o autor, “todo ato moral inclui a necessidade de escolher entre vários atos possíveis. [...] escolher supõe, portanto, que preferimos o mais valioso ao menos valioso moralmente ou ao que constitui uma negação de valor desse gênero (valor moral negativo ou desvalor)” (VÁZQUEZ, 1969, p.115). E, por este motivo é que “antes de examinar em que sentido atribuiu valor a um ato humano, é preciso determinar qual o significado que damos às palavras valor e valioso” (VÁZQUEZ, 1969, p.116).

Com relação ao significado do valor, Vázquez (1969) aponta que o valor, no seu sentido mais amplo, existe na medida em que há uma relação entre objeto, situação e homem enquanto ser social, quando tratamos de algo material e na medida em que se transfere o valor do objeto para o sujeito. Cabe ressaltar, todavia, que valor e alternativas são categorias objetivas, como produto da atividade do ser social, objetivações desse.

Logo, tratamos aqui, também, da gênese da liberdade como “uma capacidade historicamente desenvolvida e inseparável da atividade que a objetiva” (BARROCO, 2008, p.27), como o é simultaneamente, “capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade e capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas e para que novas escolhas sejam criadas. Por isso, liberdade e valor vinculam-se ontologicamente” (idem).

Quando falamos de escolhas, remetemos também a alternativas e daí provém à liberdade como valor central para que o sujeito tenha condições de escolher e conseqüentemente se objetivar. Se escolhermos, é porque fazemos reflexões valorativas acerca das possibilidades que se apresentam.

Sobre isso podemos exemplificar tomando por base a prata, que é um metal precioso, valioso. No entanto, em seu estado natural é apenas um pedaço de material inorgânico que só tem em si propriedades que, manipuladas pelo homem, se tornam valiosas devido à relação estabelecida entre objeto (prata) e o homem que adapta a prata ao seu uso. Logo, “o valor

não é propriedade dos objetos em si, mas propriedades adquiridas graças à sua relação com o ser social” (VÁZQUEZ, 1969, p.121).

Essa relação que resulta no valor para o homem não é algo abstrato e sim real que se objetiva na relação, outrora já citado, do objeto com o homem. Vázquez menciona que os seres da natureza e tudo o que não foi criado pelo homem só possui valor à medida que serve para alguma necessidade humana, quando se humaniza (VÁZQUEZ, 1969).

Essa relação se consciente e livre pode resultar em valores morais, que são aqueles produtos humanos, como aponta Vázquez (1969), por exemplo, uma faca que é boa tanto para cortar carnes e frutas, como também para assassinar alguém. A forma como esse ato vai ser avaliado corresponde ao valor moral que atribuímos ao objeto e ao homem.

Entramos, portanto, na discussão do que seja moral. Segundo Barroco (2008), a moral seria um conjunto de normas e hábitos construídos e reproduzidos sócio historicamente que perpassam pelas gerações e que os homens perpetuam, aprimora e recria¹⁷. A moral, portanto, traz em si uma carga dogmática muito forte e está muito próxima da ética. A ética, então, é uma dimensão que analisa essa moral através da reflexão histórica, crítica, radical e de totalidade.

Para que as reflexões éticas e o julgamento ético aconteçam é fundamental que possamos exercer nossa liberdade conscientemente, pois uma pessoa que tem sua liberdade restrita, como em caso de coação, não pode responder eticamente, pois não teve alternativa. Assim como a pessoa

¹⁷ Por exemplo, matar alguém é um ato de ofensa a moral porque o costume, o que é certo, é não matar. Entretanto, numa guerra, não há condenação, sobretudo, moral para os soldados de uma nação que matam em obediência e “amor” à pátria. Outro exemplo, diante do tempo de escravidão no Brasil, a exploração de homens, mulheres e crianças negras era aceita e justificada pela sociedade da época a partir do entendimento de que esta raça era inferior humanamente frente às pessoas de cor branca e por isso deveriam servi-los e subjugar-se. (Atentemos para a reinvenção e ou conformação de costumes e normas e valores para melhor gerir/defender uma moral a ser seguida, ou melhor, cumprida). Neste contexto, nenhuma pessoa que possuísse escravo, poderia fazer o que fizesse com eles e contra eles e não eram julgados ou vistos como “errados”, isso devido a outros valores morais que permeavam aquela sociedade. Já nos dias de hoje com o aprimoramento da ciência e do conhecimento, a escravidão é compreendida como algo imoral, “errado”, cruel e ultrajante. Tendo em vista os novos valores morais do nosso contexto histórico, no qual construímos políticas de inserção social dessas pessoas de cor negra e legislamos proteção, via lei, contra toda forma de discriminação que foi historicamente enraizada, isso vem sendo paulatinamente desconstruído.

que não tem assegurada sua consciência mental, entendendo que agiu sem o uso da racionalidade, também não pode ser julgado do ponto de vista da ética.

Como resultante da práxis, tendo o trabalho como elemento ontológico e fundante do ser social, o ser que dá respostas é o mesmo que, contraditoriamente, se (auto)determina e nesse sentido Lukács nos ajuda a refletir como se caracteriza a liberdade no sentido de que:

Precisamente essa ligação do reino da liberdade com sua base sócio-material como reino da necessidade, mostra como a liberdade do gênero humano seja o resultado de sua própria atividade. A liberdade, bem como sua possibilidade, não é um dom do “alto” e nem sequer uma parte integrante – de origem misteriosa – do ser humano. É produto da própria atividade humana, que de certo sempre atinge concretamente alguma coisa diferente daquilo que se propusera, mas que nas suas consequências dilata – objetivamente e modo contínuo – o espaço no qual a liberdade se torna possível; e tal dilatação ocorre, precisamente, de modo direto, no processo de desenvolvimento econômico, no qual, por um lado, acresce-se o número, o alcance etc., das decisões humanas entre alternativas, e, por outro, eleva-se ao mesmo tempo as capacidades dos homens, na medida em que se elevam as tarefas a eles colocadas por sua própria atividade. Tudo isso, naturalmente, permanece ainda no “reino da necessidade” (LUKÁCS, 1978, p.15).

Tendo em vista estes entendimentos, a dimensão ética se coloca como um espaço inerente do convívio do homem em sociedade, como mediação das relações sociais e construídas pelas relações de trabalho, sendo através dessas atividades que os homens estabelecem relações com a natureza, com outros homens e consigo mesmo, criando sua cultura e sua história.

São os homens que criam as normas e valores, porém, nas sociedades de classes, as relações sociais por eles estabelecidas são movidas por necessidades e interesses contraditórios, donde a impossibilidade de existirem valores absolutos ou uma concepção de bem que corresponda ao interesse e às necessidades de todos. Por isso, a moral e a ética é também marcada por essa contraditoriedade; historicamente seus valores e princípios adquirem diferentes significados e atendem, indiretamente, a interesses ideológicos e políticos de classes e grupos sociais (BARROCO, 2007, p.29).

Com a estruturação do atual modelo de sociabilidade alicerçado na propriedade privada e na divisão das classes, a burguesia não só orienta os valores como também legitima e desvirtua alguns deles como, por exemplo, o uso da solidariedade, da liberdade, dentre outros. Isso remete, também, a reflexão sobre os processos históricos e suas determinações, produto da

produção e reprodução social que vige na sociedade e que o ser social é determinado pelas relações sociais vigentes.

À medida que se desenvolve, o sistema embrionário construído nas comunidades primitivas é substituído por formas mais complexas, por necessidades mais complexas, uma vez que, o surgimento da propriedade privada, da sociedade de classes e da divisão social do trabalho, apresenta-se novas exigências de integração social, o que se reflete na necessidade de legitimação dos valores e nas normas de comportamentos orientadas pelo ethos dominante (BARROCO, 2008, p.60-61).

Esse sistema acaba por trazer inúmeras contradições do ponto de vista da autoconstrução do ser social.

Segundo Barroco,

As mesmas relações sociais que ampliam as capacidades e possibilidades humanas produzem mecanismos de sua negação, impedindo sua realização concreta, o que expressa, entre outros aspectos, na contradição entre o maior desenvolvimento do ser social e o maior grau de alienação (em relação às sociedades precedentes), dando lugar até mesmo a outras formas de alienação: o fetiche ou a coisificação das relações sociais (BARROCO, 2008, p.31).

Essa alienação é entendida segundo a interpretação marxiana sobre o capitalismo, se apresentando sob a forma de estranhamento do homem frente aquilo que ele produz. No modo de produção capitalista que tem seus processos de trabalho característicos, há um produtor que não se reconhece no seu produto e esse estranhamento causa o empobrecimento do homem, uma vez que, há um maior interesse nos lucros e uma valorização maior do dinheiro o que gera acumulação, exploração, mercantilização das coisas e da vida.

O sujeito ético-moral desenvolve suas ações e responde por elas em termo moral, ou seja, sendo responsável ou responsabilizado por seus atos. Isso desencadeia a consciência moral que é “fruto” do processo de maturação advindo da liberdade e perpassado também pela prática da reflexão sob o ponto de vista do humano genérico.

Nesse sentido, a liberdade tem uma dimensão fundamental para as formas de realização ético-morais. Mas, surge a pergunta: Qual a diferença entre moral e ética? Segundo Barroco (2008), a moral seria um conjunto de

normas e hábitos construídos e reproduzidos sócio historicamente. A ética é a reflexão que se faz sobre esses valores e os seus rebatimentos dele na vida pessoal e coletiva.

Logo, Barroco (2008) traz essa discussão no intuito de potencializar a reflexão sobre esse aspecto da ética no nosso cotidiano, pois:

A ética configurada como reflexão crítica e sistematização teórica orientada por pressupostos sócio-históricos e dirigida por valores emancipatórios é consciente de seus limites objetivos na sociedade burguesa, mas pode contribuir para a ampliação de uma consciência social crítica (BARROCO, 2008, p.84).

Nossos valores e nossa conduta são direcionados pela moral e pelos costumes que nos foram passados durante nossa criação. Mas nem todos são iguais, nem toda criação é a mesma e uma das melhores formas para se apreender isso durante a intervenção profissional, bem como a formação teórico-política do sujeito é a reflexão como processo viabilizador de uma ação ética, imbuída de ponderações, racionalidade, liberdade e consciência.

Nesse processo de reflexão devem ser consideradas as suas particularidades, seu modo de viver, sua vida pessoal, seus valores e costumes, bem como, as particularidades das pessoas que interagem conosco no nosso cotidiano.

Por fim, devemos considerar que muitas vezes não temos tempo suficiente para fazer a reflexão que é fundamental para o agir ético, mas que isso não deve ser inviabilizador nessa situação, de forma que poderemos assim, mediante nossas ações éticas, ampliar nossa capacidade de intervenção social crítica, sobretudo se acreditarmos que esse arquétipo de sociabilidade e de afirmação do ser social não tem contribuído para a emancipação humana.

3. O DEBATE DA ÉTICA NA PRODUÇÃO INTELECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO DE 2010 A 2012

O recorte histórico que propomos neste estudo visa contemplar dois dos grandes eventos realizados pelo serviço social e que articulam os sujeitos que compõem o corpo profissional desde estudantes, professores, profissionais “de ponta” e sujeitos de áreas afins. Nesse sentido, cabe situar o CBAS 2010 e o ENPESS 2012 como momentos importantes para a categoria dos(as) assistentes sociais, tanto pela pertinência das temáticas abordadas nesses eventos como pelo caráter socializador das experiências advindas tanto do exercício como da formação profissional em seu conjunto.

Não se constitui tarefa fácil discorrer sobre conjuntura, sobretudo, quando considerado o atual estágio de aprofundamento das políticas, programáticas e interfaces neoliberais e seus desdobramentos, a exemplo do agravamento das desigualdades, injustiças, dentre tantas outras expressões da questão social que aumentam na proporção direta em que se amplia a capacidade social de produção de riquezas e que se convertem em requisições para o(a) assistente social.

À crise estrutural do capitalismo que se arrasta desde os anos 1970 foram ofertadas soluções pensadas e defendidas pelos setores que defendem a manutenção da ordem do capital, de forma a impingir a política neoliberal como sendo representativa da alternativa inicialmente encontrada para solucioná-la; antes foi o neoliberalismo, agora uma proposta que articula crescimento econômico e desenvolvimento social com poucos ganhos para a classe subalterna, trabalhadora, como bem explicita Mézaros (2011).

A burguesia, compelida pela permanência e agudização dessa crise¹⁸, sobretudo em 2008, necessita redefinir seu projeto, sem perder o horizonte da materialização do trinômio exploração-alienação-opressão. Cabe uma ressalva que nesse cenário, o conflito, capital *versus* trabalho é o principal causador das desigualdades sociais e das expressões da questão social que é segundo lamamoto:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (1999, p.27).

¹⁸ Essa crise, como todas as crises cíclicas/estruturais, inerente ao capitalismo e sua estrutura e dinâmica, prevê contingenciar cada vez mais o caráter intervencionista do Estado no âmbito da questão social, e em contra partida, dá plenos poderes ao mercado.

Entendendo que é na questão social que estão presentes os problemas advindos do processo de desenvolvimento do capitalismo, enquanto resultante do acirramento da contradição entre capital e trabalho, bem como, o surgimento e reprodução das desigualdades sociais, inferimos que as respostas a isto implicam diretamente nas condições concretas de vida do conjunto dos trabalhadores, em especial dos(as) assistentes sociais (no processo de exercício e formação profissional), visto que, a situação da questão social exige respostas sociopolíticas.

Num contexto histórico de crise do capital são cobradas do Estado respostas mais eficazes e eficientes. Tais respostas se traduzem historicamente na intervenção estatal na regulação social, interferindo diretamente na formulação e execução de políticas públicas e, também, na resposta às forças organizativas de crítica e/ou de resistência ao modelo de sociabilidade vigente. Neste caso, como aponta Teixeira (1996, p. 212), o Estado é “obrigado” a intervir na economia como válvula de escape do sistema, por meio de “[...] políticas de apoio direto ao processo de acumulação de capital e com políticas sociais compensatórias de ajuda para os excluídos do mercado” (idem, p. 2012).

Essa realidade, que coloca o Estado como mediador das crises do sistema capitalista, impõe inflexões no processo de consolidação da intervenção estatal com vistas ao bem da coletividade. Isso ocorre devido os interesses sociais e da população pobre, assalariada ou não, serem subalternizados em detrimento do bem-estar do capitalismo.

Ora, se o apoio do Estado acontece direta e objetivamente em tempos de crise do capital, com injeções de capital e mecanismos de regulação da economia, na mesma proporção se apresenta a necessidade de intervenção para sanar os problemas sociais oriundos do próprio modelo de sociabilidade, a requisitar ação desse Estado. Entretanto, a história vem mostrando que “o comitê executivo da burguesia”¹⁹, está mais preocupado em manter as taxas de lucro e de rentabilidade das classes dominantes, bem como a manutenção

¹⁹ Ver Manifesto do Partido comunista, Marx e Engels, 1848.

de seu poder, do que em responder as demandas geradas pelo próprio desenvolvimento do sistema capitalista.

Resultante disso, a reestruturação dos capitais conjuntamente com o desmonte dos direitos sociais leva-se a uma exponenciação da questão social e as políticas sociais (via pela qual o conjunto profissional dos assistentes sociais materializam, também, suas lutas por direitos) tornam-se um atrativo ao capital, sendo transformadas em mercadorias, expressando-se em formatos cada vez mais seletivos, focalizados e restritivos, voltadas, quando muito, ao combate da pobreza – ou como pressupomos seu gerenciamento, SANTOS e GALVÃO (2014). Contudo, não podemos perder de vista que as políticas sociais, embora parcas e aquém da sua demanda, são fruto do processo de luta da classe trabalhadora, das forças políticas vinculadas ao trabalho que, organizadas, disputam esses espaços ecoando a voz/a necessidade da população perante o Estado, que encampam lutas cotidianas com vistas a materialização dos direitos nessa sociabilidade.

No Brasil, devido à particularidade de sua formação sócio histórica, o desenvolvimento do capitalismo foi profundamente marcado por um processo de modernização conservadora, que define a hegemonia da burguesia nacional nas relações sociais. No desenvolvimento do capitalismo brasileiro, três processos fundamentais são verificados: a inabilidade de romper com a associação dependente com o exterior; a incapacidade de desagregar completamente os setores arcaicos; e a incapacidade de superar o desenvolvimento gerado pela concentração de renda. É por estes processos que elementos desse período, a exemplo, do autoritarismo no Estado e na sociedade, a cultura senhorial, o patrimonialismo, o clientelismo, a privatização do público, a tutela e o favor, continuam muito presentes em nossa sociedade, e vai rebater diretamente na constituição das relações de trabalho, recaindo o ônus desse processo sobre o trabalhador, nesse caso, também sobre o assistente social enquanto profissional inserido na divisão sócio-técnica do trabalho.(idem)

A fragilidade que decorre da correlação de forças – entre vendedores e compradores da força de trabalho – permite que o neoliberalismo adentre com o engodo de que as necessidades devem ser supridas no mercado e quando não, a sociedade civil deve prover tais necessidades. Nesse sentido, a

sociedade é convocada a assumir certas responsabilidades através do terceiro setor tido como espaço *público não-estatal*²⁰ (SANTOS e GALVAO, 2014). Percebemos então, uma crescente desresponsabilização do Estado quanto ao cumprimento de direitos sociais e uma verdadeira focalização das ações e serviços, pois, somente tem acesso àquela parcela da população que se encaixa nos critérios de elegibilidade de programas e políticas sociais. Isso porque, atualmente, a dimensão dos direitos perpassa a concepção somente da satisfação das necessidades básicas da população; e se constitui numa questão que precisa ser articulada com o debate sobre o Estado e a sociedade, e por meio dessa articulação refletir sobre as peculiaridades pertinentes a esse processo.

Entretanto, é válido afirmar que essa crise orgânica do capitalismo, ao passo que estabelece a manutenção da hegemonia burguesa,

Reflete o esforço da classe dominante para sua superação. Nisto se inscreve a renovação de estratégias burguesas empreendidas entre fins do século XX e neste século XXI, não raramente apontada como instauração de novo ideário e, por conseguinte, superação do neoliberalismo. Aqui, uma ressalva se faz necessária: o esforço de distintos países pela retomada das taxas de lucro do capital e, da sua legitimidade – ameaçada pelos efeitos deletérios do que Mészáros (2009) chamou de crise de dominação em geral do sistema do capital –, ainda que revelem a incapacidade das políticas neoliberais em fazê-lo, não representa [...] a sua ruptura. (LEITE, 2010, ANAIS XIII CBAS).

Considerando que nesse cenário as ofensivas do capital caminham para impor, imediatamente, sua agenda e legitimidade assegurando seu status quo, entendemos que “tal renovação não representa um corte radical com as proposições do ordenamento neoliberal” (idem).

Recorrendo a Mota, temos que:

[...] as atuais estratégias do capital não se confundem com o velho e conhecido *transformismo*, legitimador do poder da burguesia, para realizar redirecionamentos na intervenção do Estado. [...] o novo reside no fato de a burguesia não mais querer nem poder exercitar pelo alto seu poder. Para universalizar a sua ordem, é necessário

²⁰ O termo é utilizado para destacar a construção de uma dimensão ‘pública’ que não seja exclusiva do Estado e também para romper com o entendimento da identificação da esfera marcadamente mercantil (Duriguetto, 2007a, p. 177).

formar uma cultura geradora do consentimento das classes – isto é, constituidora de hegemonia (1995, p. 47) [grifo da autora].

Quando nesse mesmo texto, Mota (1995), discute o conceito de “cidadão-consumidor” ela nos convida a refletir esta lógica de consolidação da hegemonia burguesa que consegue orquestrar “consensos” e conformar a aceitação da não intervenção estatal, acompanhada da mercantilização/privatização dos bens, serviços, das coisas, do homem por inteiro.

Nesse sentido, a intervenção estatal e o provimento de políticas sociais se veem cada vez mais reduzido, precarizado, focalizado, filantrópico. Este processo exige dos profissionais que lidam com essas demandas, posicionamentos e uma leitura da realidade que seja crítica e possa ver para além do que está posto na realidade. Exige profissionais críticos e comprometidos com a garantia e luta por direitos sociais, alinhados com a prescrição ética que a categoria de assistentes sociais aponta no seu projeto político-profissional, mas também no seu código de ética.

Na atual conjuntura, não há nada que indique, até o momento, que haverá uma reversão, sob o modelo de governabilidade vigente, das prioridades e critérios da agenda neoliberal, uma vez que este continua submetido, sem demonstrar qualquer resistência à hegemonia do grande capital financeiro. Depreende-se desse fato além das lutas sociais por direitos e por cidadania, o profundo conflito entre as classes que obstaculiza a execução da política social, mas também a materialização de alternativas à sociabilidade vigente, como mecanismo de superação do atual estado de coisas (SANTOS E GALVÃO, 2014).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social apresenta-se com uma estrutura flexível aberta à incorporação de novas questões, a apreender uma diversidade de problemáticas e enfrentar desafios. Este projeto tem, em sua centralidade, o reconhecimento da liberdade, sendo esta a possibilidade de escolha entre alternativas concretas que contribuam para a emancipação, autonomia e a expansão dos indivíduos sociais (NETO, 1999).

Desta forma, o PEPSS

Vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional (NETO, 1999, p.105).

O projeto societário que se relaciona com o Projeto Ético Político do Serviço Social é, pois, o projeto das Classes Trabalhadoras e da esquerda brasileira. Os quais caminham numa mesma direção de afirmação de direitos e de construção de uma nova sociabilidade sem exploração e opressão. É nesse terreno sócio-histórico que se inscreve o XIII CBAS sob o tema, Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social. Alinhado com o movimento da realidade, tal proposta que consegue articular mais de 2700 participantes, denota o caráter ético-político da nossa categoria e reafirma sua atitude crítica para avançar em tempos de luta e resistência²¹. Nesse sentido, a apresentação do maior evento brasileiro do Serviço social apresenta-se entendendo que:

A mais profunda crise do capital desde o início dos anos 70, do século XX, é o cenário no qual se inscreve o XIII CBAS, o que determina o movimento dos sujeitos históricos e produz impactos na economia, na política e na cultura, com implicações para os trabalhadores, dentre os quais os assistentes sociais. Trata-se de um momento de inflexão histórica que atinge diretamente as condições do exercício profissional: pelo lado da demanda que aumenta exponencialmente; pelas condições de trabalho que se deterioram visivelmente com poucos investimentos e precarização da formação e do exercício profissionais; ou mesmo pela organização política e campo de alianças que devemos estabelecer para a resistência à barbarização da vida social (ANAIS, XIII CBAS, 2010).

Na mesma direção, o ENPESS 2012 com:

O tema escolhido – “Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão” – traz um conjunto de preocupações que procuram orientar tanto a produção do conhecimento na área, como os processos de intervenção profissional do Serviço Social e de áreas afins. Como já destacamos na página do ENPESS, o avanço do chamado “neodesenvolvimentismo” como suposta estratégia de enfrentamento da pobreza e das desigualdades, delineado nas políticas de governos

²¹ Atitude crítica para avançar na luta é o nome da gestão do CFESS no período de 2008-2011 e Tempo de luta e resistência o nome da gestão do CFESS no período de 2011-2014.

vigentes em grande parte da América Latina, constitui, atualmente, um projeto hegemônico. Configura-se assim um contexto no qual nos interessa debater “Qual desenvolvimento, sua (im)possibilidade e para qual projeto de sociedade?” (Anais, XIII ENPESS, 2012).

Logo, interessa dizer que embora as temáticas propostas pelos eventos já problematizem o PEP e sua relação com o contexto de crise do capital num momento onde se trava o debate acerca da crise do referido projeto, tentaremos apreender e analisar temáticas, polêmicas, limites e possibilidades e direção social que pululam a produção intelectual em torno do debate da ética, na tentativa de perseguir as principais tendências teórico-ético-políticas, sem querer autonomizar essa dimensão na categoria dos assistentes sociais, mas identificar se nesse conflito permanecemos na defesa do nosso projeto político-profissional, na manutenção do perfil profissional sócio-historicamente construído ao longo das três últimas décadas, na defesa da ética a qual se vincula o serviço social, qual seja, alinhada aos interesses da classe trabalhadora, à direção social crítica e ao horizonte da emancipação humana. Assim, apresentaremos elementos que contribuam na identificação da forma como aparece, na produção intelectual do serviço social, a incorporação dos fundamentos ontológicos que dão sustentação ao PEP, e a dimensão ética do referido projeto, conseqüentemente.

3.1 CBAS E ENPESS COMO ESPAÇO POLÍTICO E DE SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: perfil dos trabalhos

Frente à conjuntura atual de crise do capital e como parte do processo de materialização do PEP, a categoria tem se organizado e debatido seus rumos nos últimos anos. Esses debates têm sido pautados cotidianamente e tem tido como principais espaços, de organização e deliberação, o CBAS e o ENPESS com a finalidade de debater a conjuntura, a ética, a práxis, o devir da profissão no Brasil e no mundo; sem desconsiderar os variados espaços de diálogo e disputa em que o serviço social está engajado, digam-se: as semanas da(o) assistente social promovida pelos CRESS e unidades de

ensino; os Grupos de Trabalho do Conjunto CFESS/CRESS; os encontros e seminários em nível nacional, regional e local; além, dos conselhos de direitos e conferências em que pese a discussão das políticas públicas tende grande participação do conjunto de profissionais.

De forma coletiva e politicamente organizada, o serviço social investe na construção de espaços onde se possa dialogar, debater, contribuir com elaborações na pesquisa, mas sobretudo socializar a produção do conhecimento na área, bem como discutir e deliberar as questões políticas. Os encontros da categoria sempre ponderam a questão da participação de todo o conjunto profissional²² nos espaços de discussão, organização e deliberação com vistas à democratização e socialização do conhecimento produzido pelo serviço social brasileiro.

Dessa forma, tanto o CBAS como maior evento da categoria que aglutina todos os profissionais da área, como o ENPESS que tem a particularidade de condensar um maior número de pesquisadores, dão conta de fomentar esse momento de (auto)afirmação da profissão.

Para além da relevância das contribuições que os autores em análise²³ trazem em cada artigo, elencamos, juntamente, três eixos que consideramos capazes de oferecer um panorama das principais temáticas, polêmicas, limites e contradições, bem como as principais tendências teórico-metodológicas presentes no debate da ética, no âmbito da produção intelectual, quais sejam: Projeto Ético Político; Valores e Cotidiano Profissional; Ética, Direitos e Fundamentos Teórico-Metodológicos.

3.1.1 Eixo: Projeto Ético Político

²² Não temos conseguido avançar no diálogo e na construção de modelos de eventos que comportem um maior número de profissionais e de estudantes, simultaneamente, considerando os modelos adotados pela própria ENESSO – a exemplo do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – que dá conta de fomentar o evento com participação de dois mil estudantes, em média, e também dos Encontros Interdisciplinares de Vivência, que com apoio de diversos movimentos sociais, ocorre de forma simples, militante e sociopoliticamente adequado às realidades dos sujeitos sociais que os compõem.

²³ Para fins de caracterização do artigos e das discussões iremos nos referir aos sujeitos participantes do eventos, em análise, como autores no sentido de facilitar o diálogo no decorrer dessa seção.

A tarefa de pensar o projeto profissional nos coloca diante de duas questões determinantes, quais sejam, o contexto sócio-histórico que demarca as condições societárias na qual se insere o serviço social e as respostas profissionais sejam elas de cunho técnico-operativo, teórico-metodológico ou ético-político (IAMAMOTO, 2010). Logo, ao trazer o debate do PEP, necessário se faz pontuar, nessa conjuntura neoliberal, as afrontas cotidianas aos princípios que historicamente vêm sendo defendidos na categoria.

Dessa forma, dos 29 artigos analisados, 11 (onze) deles – que corresponde a aproximadamente 38% – se referem ao cotidiano profissional e a materialização do PEP trazendo a discussão da crise do referido projeto sem, contudo, apontar para superação/erradicação do atual projeto político-profissional, ao contrário, reivindicando sua hegemonia. De início, vale dizer que não se constitui uma tendência a defesa da crise, pelo contrário, há uma tendência a se reconhecer os limites apresentados pelos teóricos que sustentam essa tese, donde BRAZ e NETO são ícones, referências nesse debate que é uma polêmica presente no serviço social. Apontam ainda para reflexões sobre: a precarização do trabalho incidindo diretamente na atuação profissional e na reprodução de uma intervenção imediatista; os reatamento da reconfiguração de valores para a efetivação do trabalho profissional frente à correlação de forças e a conjuntura de retração de direitos e de possibilidades de expansão dos indivíduos sociais/sujeitos coletivos na perspectiva que considera a ofensiva neoliberal sobre o trabalho e a correlação de forças e os limites das relações de trabalho sob os ditames do capital

É preciso denotar que uma das particularidades do projeto ético-político é refletir a ação profissional a partir da conjuntura atual num movimento articulado com outros sujeitos sociais e profissionais, com os quais constrói frentes de luta na defesa de valores e princípios emancipatórios, ainda que essas frentes de luta encaminhem intervenções para alterar determinadas situações, tais como: luta contra a privatização da saúde, por moradia, por direitos, etc., sem perder de vista o horizonte da emancipação humana.

Neste sentido, apresentamos os argumentos de Braz (2007) e Neto (2007) que, na conjuntura atual de avanço das forças do capital, apontam para o questionamento da hegemonia do PEPSS no Serviço Social brasileiro e evidenciam o enfraquecimento das bases materiais do projeto profissional dos

assistentes sociais, podendo ser considerados fatores causadores de sua suposta crise. Apresentamos, também, os contrapontos expressos por Ramos (2009), e autores em análise, na defesa da atualidade desse projeto e na sua afirmação neste contexto de grande correlação de forças. Essa apresentação é para situar o leitor nos argumentos que são apreendidos e reproduzidos, no âmbito da produção intelectual, e que dão conta para além da discussão do PEP em si, da particularidade dos fundamentos ontológicos e da questão da dimensão ético-política na resistência à sociabilidade vigente.

Dito isto, a conjuntura atual, segundo Braz (2007), prejudica a efetivação do projeto profissional do Serviço Social, tendo em vista que o Governo Lulo-petista²⁴ tem contribuído efetivamente para o enfraquecimento das bases do projeto profissional por dois motivos: primeiro pelo fortalecimento da política econômica neoliberal que veio, ao longo deste governo se intensificando a partir de projetos, como o PROUNI²⁵, por exemplo, que propicia grandes incentivos às empresas da educação, e segundo pelo revisionismo teórico-político levando a um sério risco de cooptação dos segmentos progressistas que os profissionais do serviço social tem se identificado.

Neto (2007) adverte para mais uma ameaça à direção social do projeto profissional. Trata-se da cooptação de entidades que tinham influência sobre certos movimentos sociais (cabe aqui citar a CUT e a UNE) por parte do Governo do PT e suas alianças, sobretudo as que se vinculam as bases de tal projeto. Esta conjuntura, portanto, de enfraquecimento de entidades identificadas com a luta dos trabalhadores tem provocado uma reflexão no âmbito do serviço social acerca da crise da esquerda e de sua influência na possível crise do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

“Em poucas palavras: a crise de projeto societário das classes trabalhadoras impõe uma crise ao nosso projeto profissional” (BRAZ, 2007, p. 7). Eis o argumento dos estudiosos sobre a crise do PEPSS. O projeto profissional do Serviço Social tem uma vinculação histórica com a proposta das

²⁴ Luís Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil de 2002 a 2010.

²⁵ Programa Universidade Para Todos (PROUNI), do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. (Disponível em http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php, acesso em 12/12/2014).

classes trabalhadoras e da esquerda do Brasil, que vem construindo uma história de combate à dominação burguesa.

Entretanto, o projeto das classes trabalhadoras brasileiras tem entrado numa crise, segundo os teóricos que sustentam essa “tese”, desencadeada por inúmeros fatores e é importante trazer aqui a crise do socialismo²⁶, o avanço da ofensiva neoliberal, e mais ainda a ascensão ao poder de um de seus líderes (Lula) sem que isso trouxesse grandes frutos às lutas – na verdade contribuiu significativamente para o enfraquecimento e divisão da esquerda do Brasil a partir a cooptação de alguns movimentos sociais e entidades importantes para a esquerda do país. Estando desta forma o projeto das classes trabalhadoras em crise, apontam (os estudiosos) em concomitância a isto a crise projeto profissional (GALVÃO, 2010)

Em contraponto, CISNE (2010) nos ajuda a refletir sobre três aspectos que se levantam nessa alteração. Primeiro pelo viés limitador de reduzir a luta de classes a um governo, partido; segundo pela inverdade da vinculação restrita do projeto profissional do serviço social ao PT – haja vista sua construção ser fruto da vinculação com o marxismo e os sujeitos sociais que se localizam no campo da resistência – e terceiro, porque o revisionismo político, o transformismo acometeu o PT e sua base, não o serviço social que não compõe esse conjunto.

Segundo a autora, e concordamos com a mesma,

Este Projeto, como o foi desde o seu surgimento, continua sendo um protagonista da resistência política, ao lado dos sujeitos coletivos que representam, verdadeiramente, os interesses das classes subalternas. O alerta de Braz, contudo, é muito importante. De fato, segmentos da categoria profissional estão na base de apoio do governo ou podem ter como referência setores anteriormente progressistas, mas que agora, representam a “esquerda para o capital”. Contudo, até o presente momento, estes riscos não se configuraram com força para influenciar no rebaixamento da agenda política da profissão. Para ilustrar isso e também demonstrar que a profissão está longe de ser paralisada por “ilusões otimistas”, deslocadas da realidade, destacamos a atual campanha do Serviço Social, lançada durante o 38º Encontro Nacional CFESS/CRESS: “Lutar por Direitos, Romper com a Desigualdade” (CISNE, 2010, Anais do XIII CBAS).

²⁶ Para saber mais a respeito da crise do socialismo ver Netto, 1993, A “crise do socialismo” e a alternativa comunista.

BRAZ (2007), traz como problema à concretização do projeto profissional, na conjuntura atual, a questão das “condições atuais sobre as quais se efetivam o processo de formação profissional e o próprio exercício da profissão no Brasil” (BRAZ, 2007, p. 7). Aponta ainda, a crise do PEPSS referenciando-se a partir das atuais condições de trabalho dos assistentes sociais, nos espaços sócio-ocupacionais, tendo em vista que a efetivação do projeto se dá pela atuação profissional, e a fragilização desta devido a insatisfatórias condições de trabalho pode por em risco a hegemonia do projeto.

A formação profissional também incide nas bases materiais do projeto profissional, logo, como apontam Braz (2007) e Neto (1999), a crescente mercantilização do ensino superior, no que tange ao crescimento exacerbado de cursos a distância – iniciada no Governo FHC²⁷ e fortalecida com o Governo Lula – causaria sérios problemas à efetivação do PEPSS.

A rápida modificação do perfil dos assistentes sociais no Brasil repercute no Projeto Ético-Político em dois planos, primeiro no âmbito do exercício profissional que, quando desqualificado, vulnerabiliza a imagem da profissão no sentido da sua desvalorização na sociedade, além de pressionar para baixo as já desfavoráveis condições salariais. Noutro plano, pode-se dizer que esse mesmo perfil – produzindo por uma formação profissional pouco qualificada, em ambientes nada acadêmicos, despolitizados, que não propiciam uma necessária vivência universitária aos estudantes (vivência absolutamente inviável nos cursos à distância) – tende a dificultar a formação de novos quadros teóricos e políticos para o projeto profissional (BRAZ, 2007, p. 9).

Portanto, essa massificação e desqualificação da formação profissional, causada pela expansão maciça da graduação à distância, intensificada pela ofensiva neoliberal, que tem como aparato principal a política educacional do Governo Lula – numa justificativa de levar a educação superior a todos e em todos os lugares – afetaria de tal modo as bases materiais do projeto profissional que, somada aos outros fatores mencionados, o levaria a uma grande crise.

Como reflete OLIVEIRA (2010),

²⁷ Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil de 1994 a 1998.

As práticas de desregulamentação e de flexibilização da educação superior contribuiu para sucatear e depreciar a educação superior, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC - com prosseguimento no governo Lula. Observa-se que a propagação dos cursos superiores, desvinculados muitas vezes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e, conseqüentemente, da orientação dada por essa Instituição, além do desconhecimento das diretrizes curriculares que imprimem uma direção à profissão e leva a uma não hegemonia, que segundo Braz, 2008, envolve diversos aspectos, e, além dos já citados, nesse texto destacamos “a ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho” Braz, (2008, pág.07) (ANAIS do XIII CBAS).

Constitui-se quase que um consenso o reconhecimento das reflexões apontadas por BRAZ e NETTO, quando discutem a crise do projeto, acerca dos limites apresentados, mas não se reconhece haver crise.

Sobre as condições de efetivação do processo de formação profissional, sabe-se que esse processo de formação que vem se implantando de forma massificada (como já fora dito) impõe limites à materialização do PEPSS. Apesar disso, nossa luta se pauta por ampliar as estratégias para afirmar uma formação que tem por princípio a valorização do tripé ensino, pesquisa e extensão, aí se encaixa as Novas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (GALVÃO, 2010).

Yazbek e Silva (2005) destacam que no Brasil, como nos demais países latino americanos, as principais medidas governamentais que orientam as reformas educacionais são resultantes de interferências do Banco Mundial e caracterizam-se pela: Prevalência da lógica financeira sobre a lógica social e educacional, pela falácia de políticas que declaram o objetivo de elevação da qualidade do ensino, enquanto implementam a redução dos gastos públicos para a educação. Este modelo tem como pressupostos a redução de recursos, o aumento do número de estudantes sem investimento no patrimônio físico, mudanças no sistema de financiamento, a perspectiva da eficiência e o atrelamento da autonomia à reforma administrativa por meio de contratos de gestão (Yazbek e Silva, 2005, 35). A isto se soma a flexibilização dos currículos em função do mercado, a pressão pela sustentabilidade e avaliações centradas, em critérios definidos pelo Banco Interamericano de desenvolvimento – BID, tais como relação custo/benefício; eficácia/inoperância, produtividade/improdutividade (Yazbek e Silva, 2005) além da precarização do trabalho docente que acaba por repercutir na qualidade dos produtos que dele se originam e a avalanche de Cursos de Ensino à Distância - EAD o que segundo Iamamoto (2007,440) permite antever “um crescimento do desemprego nessa área, pois dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o contingente profissional, pressionando o piso salarial – *para baixo*, a precarização das

condições de trabalho e aumentando a insegurança do trabalho” (PRATES, 2010, ANAIS do XIII CBAS).

Podemos refletir a partir disso, que a luta contra a conjuntura neoliberal é internacional; que o serviço social sofre rebatimentos das intervenções dos organismos internacionais que ditam as regras do mercado para a educação; que as reflexões da realidade nos mostra um futuro incerto quanto aos rumos dessa profissão e como a questão do salário, das condições de trabalho e de vida dos profissionais são alijadas da transformação social porque os interesses do capital repousam sobre as taxas de lucratividade e não de atendimento as necessidade dos sujeitos sociais em suas multifacetadas expressões sob a forma da questão social.

Netto (2010) aponta, ainda, outro fator que poderia contribuir neste processo de inviabilização do projeto profissional, neste caso seriam os objetivos e as funções profissionais. Tendo em vista que desde o governo Fernando Henrique e mais ainda no Governo Lula, o Serviço Social tem tido suas funções reduzidas à assistência, causando um grande regresso à profissão. Este fato adquire organicidade quando encontra no universo da profissão aderência de setores (por sinal conservadores) que acreditam que o Serviço Social é meramente uma “profissão da assistência”, levando, assim, a uma subordinação da autonomia profissional à social-democracia (NETTO, 2007). Isso, portanto, materializaria o estigma da dicotomia teoria e prática e sendo a atuação profissional algo contraditório a seu próprio projeto.

Lessa (2002) aponta um equívoco na relação ética e política e daí decorre uma incoerência teórico-metodológica do PEP. Para ele, a política aparece como funcional ao modelo de sociabilidade burguês e a ética como um vetor das relações sociais que promove a relação entre indivíduo e sociedade que ocorre num solo histórico onde se completou a transformação social, uma superação do capitalismo. Segundo ele,

Sem este solo histórico, toda tentativa de desenvolver uma ética revolucionária termina, na melhor das hipóteses, prisioneira dos mesmos limites históricos que tornam a sociabilidade burguesa e a ética incompatíveis entre si (Lessa, 2002, p. 109).

Neste debate, e partindo do movimento dinâmico da realidade, RAMOS (2005) reflete sobre as estratégias que historicamente a classe trabalhadora engendrou em resistência as ofensivas capitalistas e se contrapõe as elaborações de Lessa (2002) ao analisar que:

Considero esta interpretação insuficiente para a compreensão do significado do termo ético-político no âmbito do projeto profissional do Serviço Social. Tal insuficiência reside, dentre outras questões, em três aspectos: a visão de política apenas como dominação, destituindo a importância da sua mediação (...); a noção da realização ética apenas na sociedade emancipada, o que obstaculiza a possibilidade contraditória da emergência de novos valores e práticas (...) e, por fim, numa análise das dimensões ética e política descontextualizada da história da profissão, que não leva em conta as particularidades destas dimensões na trajetória de transformações do Serviço Social brasileiro (p. 215).

Em complemento, PEIXOTO (2010) afirma:

É nesse sentido que o entendimento das bases ontológicas que fundamentam o estudo da ética são indispensáveis para o Serviço Social. Não só a sua obtenção filosófica e teórica, mas, acima de tudo, a sua compreensão para a efetivação na prática. A realização desse movimento resulta na categoria da práxis, que também possui vínculo direto com o processo de trabalho, com uma forma inicial de ideação, o qual num desenvolvimento do conhecimento e das forças produtivas possa o trabalho se objetivar num novo elemento. Nesse sentido, a ética é inevitavelmente uma categoria de mediação no exercício profissional do (a) assistente social (ANAIS do XIII CBAS).

A defesa do PEP na cotidianidade se efetiva quando consideramos as mediações da luta e da resistência política, mas, em termos ontológicos é difícil discordar de Lessa quando apontam a incompatibilidade da ética defendida no PEP e da que está posta na realidade concreta. Veja, é fato que esse projeto deve ser enraizado e levado a sério na sua radicalização pela categoria e para os seus usuários (em que pese a articulação da categoria com os demais sujeitos sociais). Mas é urgente que se entenda, apreenda seus fundamentos ontológicos como são de fato, incompatíveis, limitados, tolhidos nessa sociabilidade.

Esse terreno sensível que é a disputa pelo atual projeto sofre o que eu denomino de (como vamos chamar esse fenômeno de não crise se

reconhecemos e concordamos com os argumentos dos defensores dessa questão?) momento-crise. Temo incorrer num fatalismo histórico de negar as lutas e conquistas fruto do embate direto e da resistência de setores oprimidos e progressistas da sociedade quando penso na ideia de defesa desse projeto partindo do pressuposto que envolve o contexto de crise do capital e seus rebatimentos para a hegemonia da direção social defendida no PEP.

As análises sociais mais sérias desse projeto e de suas bases ontológicas, aqui se situam Braz, Netto, Ramos, Barroco, Tonet, Lukács, Lessa, etc., remetem a um conflito que é próprio do momento atual da conjuntura onde a crise estrutural do capital incide diretamente em todas as esferas da vida social, fato que não pode ser desconsiderado nessa discussão. Mas, é exatamente nesse momento que urge necessidade de compreender o processo dando nome e sobrenome para lançar mão do enfrentamento. Em que pese o medo da utopia, interpretada pelo senso comum como algo ilusório, devemos ousar dizer que ou a esquerda, e os sujeitos que a compõem, se retroalimentam de sonhos, ou deixaremos de acreditar nas possibilidades de transformação social, deixaremos de acreditar no ser humano como passível de moldar-se radicalmente voltado ao humano-genérico.

Com isso, as condições para efetivação do Projeto Profissional são dificultadas, uma vez que nos encontramos na contramão do capital. Enfim, as ameaças e enfrentamentos que o Projeto sofre estão, é certo, em forte curso na história. Contudo, é essa mesma história, embebida de contradições e em constante movimento, que oferece a sua viabilidade e demonstra, cada vez mais, a necessidade e a importância da sua defesa. Definitivamente, não acreditamos que proclamar a crise do Projeto seja o melhor caminho. Tampouco entrar numa defesa teoricista do mesmo ou ainda, cair em uma “mera petição de princípios”, como nos alerta Braz (2007, p.10). (CISNE, ANAIS do XXII CBAS)

É evidente que o projeto profissional sofra ameaças, e até desconfigurações de seus princípios, porém o que intentamos demonstrar é que o sistema capitalista não possui um fim em si mesmo. [...] Apesar de todas as atrocidades configuradas nesse início de século, decorrentes das grandes investidas do capitalismo em seus mais diversos modelos desenvolvidos ao longo dos tempos, faze-se mais do que nunca necessária a leitura atualizada da teoria crítica. Com isso, defendemos que o Serviço Social é uma profissão madura, com um papel social e político efetivo para a sociedade e, que carrega ferramentas possíveis de serem utilizadas no empenho de ações que tenham efeitos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operacionais, para construir coletivamente, com os outros

sujeitos sociais, as possibilidades de ruptura com o sistema do capital (PEIXOTO, ANAIS do XIII CBAS).

A ideia dos trechos, acima representados, é uma constante na produção analisada. Vai ao sentido de que é preciso construir coletivamente as possibilidades de superação do capital. É como se esse consenso, temos a impressão, servisse pra demonstrar a defesa do PEP, mas que também não há, para além das ações pontuais, uma alternativa. Fato, temos que radicalizar esse projeto, construí-lo incansavelmente e negar as iniciativas que caminham na perspectiva do retrocesso, em que pese a conjuntura. Mas, não podemos é negar esse momento histórico onde o tensionamento do nosso projeto está investindo contra suas bases. É preciso agora trabalhar mediações na perspectiva dos valores emancipatórios que contemplem o diálogo com a formação e o exercício profissional, com o objetivo de pensar estratégias de enfrentar política e institucionalmente o capital.

O serviço social ao longo da sua história sofreu modificações sem, portanto, romper - porque é próprio da sua gênese com a submissão ao capitalismo. Mas chega uma hora que ou lançamos mão das armas para ir a guerra ou esperamos ser aniquilados. Nos perguntamos: Quais os mecanismos possíveis de serem utilizados para conseguir autonomia em relação ao MEC? Essas discussões ganham complexidade quando pensamos, por exemplo, na questão do financiamento das nossas entidades político organizativas responsáveis pela fiscalização e o exercício profissional - em consonância com o CFESS - do ensino e da pesquisa como é o caso da ABEPSS. Sobretudo, por ser essa entidade sem condições objetivas de intervir na legislação da profissão, perante o MEC. Isso se configura como um entrave porque não sendo um órgão autônomo do MEC, acaba por não ter força jurídico-institucional para implementar as reformas e adequações da grade curricular, das diretrizes curriculares para a formação em nível nacional de formação superior, fato que rebate diretamente no rebaixamento da agenda profissional no âmbito da disputa pelo projeto tanto societário, quanto de formação profissional. Inferimos essa questão da correlação de forças da ABEPSS junto ao MEC no sentido de salientar os interesses de classe que perpassam a conformação da educação no país, sobretudo da burguesia que encontra nos

governos e na forma de condução da política e da economia, um terreno fértil para operar o projeto do capital, em que pese todo o desmonte dos direitos sociais, em especial, o direito à educação de qualidade.

Nesse campo de discussão, temos que a questão da dimensão ética, na produção intelectual, não se resume à compreensão de seu significado sócio-histórico, nem se esgota na defesa do PEP. Mas, se constitui uma dimensão da práxis profissional, dada sua relevância para consolidação do serviço social enquanto profissão inscrita na dinâmica dessa sociabilidade, reveladora de um compromisso cada vez mais urgente com direção social hegemonicamente defendida ao longo das últimas quatro décadas por segmentos majoritários da referida categoria profissional. Logo, a ética não seria uma dimensão autonomizada das demais que compõe o fazer profissional, mas o fio condutor da materialização de táticas, estratégias e possibilidades de (re)invenção no contrafluxo das determinações (im)postas pela ofensiva do capital.

3.1.2 Eixo: Valores e cotidiano profissional/ dimensões ético-moral e política

Refletir sobre o cotidiano profissional não é tarefa fácil. Como aponta Santos (2010), é um tema difícil e delicado.

Difícil porque sua abordagem exige apreender um conjunto de determinações sócio-históricas e suas implicações na vida cotidiana. E delicado porque refletir sobre as condições de trabalho tem profundas implicações nas condições de vida, de como os indivíduos se movimentam para o atendimento de suas necessidades e de como essas condições de trabalho promovem ou obstaculizam, no tempo presente, o desenvolvimento da individualidade e da formação do sujeito profissional em sua dimensão individual e coletiva (SANTOS, 2010, p.2).

Compreendendo que a cidadania, necessidades e direitos sociais são imprescindíveis para uma análise do complexo heterogêneo da sociedade contemporânea, é válido ressaltar que são conceitos que se entrecruzam durante o processo de afirmação dos sujeitos sociais enquanto cidadãos.

A partir da percepção das necessidades sociais – onde se gestam os direitos sociais e a cidadania – inseridos na sociedade de classes, afirmamos que a cidadania decorre de experiências e ações históricas dependendo da constituição de cada país no seio da formação social a qual ela emerge e se desenvolve (HAGUETE, 1994). Como explica a autora, a cidadania é um produto social que vai se desenvolvendo no decorrer do tempo; enquanto processo, ela não é nem autônoma nem soberana, pois ao longo de seu percurso ela se articula com outras entidades e processos sociais, como a cultura, o Estado, o desenvolvimento econômico e político.

A cidadania se constituiu inserida no espaço do sistema capitalista, emergindo por meio da necessidade da população, assim como nos reflete a teoria marxiana, a qual consideramos inseparável à discussão sobre cidadania da sociabilidade capitalista, pois é nesta que se concentra o ato da compra e venda da força de trabalho, originando a propriedade privada, o capital, a concorrência, o valor de troca, a mercadoria, a mais-valia, o trabalho assalariado, a divisão social do trabalho, as classes sociais, a exploração, a dominação e o seu representante central para a reprodução dessa lógica, que é o Estado (TONET, 2004).

Baseada nessas condições postas pela sociabilidade capitalista surge a necessidade da população de está se organizando e se articulando na intenção de possibilitar melhorias no modo de vida. Nesse sentido, como temos a representatividade do Estado na condução da sociedade, devemos cobrar ações do mesmo, já que “só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão” (MANZINE COVRE, 2002, p. 10).

O direito social que é o nosso foco central remete-se ao atendimento das necessidades básicas da população, no que concerne a saúde, alimentação, assistência social, moradia e educação. É nesse campo onde se intensificam as contradições e a intolerância do poder por parte da classe dominante, ou seja, por mais que compreenda que a validação dos direitos sociais seja garantida por lei, a sua aplicação real atende aos interesses antagônicos da sociedade, privilegiando o capital (PEREIRA, 2011).

Todavia, esses direitos são transformados em mecanismos de cooptação do Estado para se beneficiar e controlar a população, no sentido de

desenvolver suas estratégias de acumulação de capital, beneficiando somente uma parcela ínfima da sociedade, deixando a outra parte a mercê de políticas superficiais, ou seja, com soluções paliativas para as demandas da questão social (PEREIRA, 2011).

E daí que a conjuntura, por vezes, limita nossas possibilidades de pensar o trabalho do assistente social como sujeito coletivo, que inscrito nesse leque de contradições se vê por um lado, impelido a responder as demandas postas pelo sistema donde novas e velhas requisições se impõem na ordem do dia como processo contraditório do sistema neoliberal e por outro, o serviço social se vê confrontado e confrontando as transformações societárias, as novas e velhas configurações e manifestações da questão social que aprofundam a precarização do trabalho e agravam as condições de vida dos trabalhadores (YAZBEK, 2008).

Na análise dos artigos um deles chamou atenção pelo questionamento que faz ao afirmar que: “nessa perspectiva a preocupação central é: até que ponto a formação profissional está dando conta dos valores éticos assumidos com relação à sociedade” (CERQUEIRA, ARAÚJO e MENEZES, 2010, ANAIS XIII CBAS).

Ora, o cotidiano profissional está no centro dos debates do serviço social. A temática esteve presente em 27,58% dos artigos analisados – o que corresponde a 8 (oito) artigos. As discussões circundaram no universo da ética e/na atuação profissional, mostrando uma preocupação com o fazer profissional e à materialização da ética reivindicada pelo serviço social. Nesse ínterim pudemos identificar, a partir destes artigos, algumas polêmicas, limites e ou alterações na produção do serviço social quando o assunto é cotidiano profissional e ética.

Em vista do questionamento levantado por Braz e Netto (2007), a respeito de uma possível crise do Projeto Ético Político do Serviço Social, enfatizando ainda uma invasão do (neo)conservadorismo na profissão, há uma preocupação constante dos autores em defender a manutenção da hegemonia da Teoria Social Crítica na profissão como forma de enfrentamento aos supostos motivos da crise.

Em conformidade a isto se tem uma sustentação da materialidade do PEPSS e o reconhecimento dos limites impostos pela conjuntura de retração

dos direitos e movimentos sociais, de precarização do trabalho e sucateamento das políticas sociais públicas como principal entrave para a realização do trabalho dos profissionais do Serviço Social. É importante reforçar que os autores deixam claro o reconhecimento do processo de desvalorização profissional e de precarização do trabalho que se coloca diariamente na contramão dos objetivos profissionais e dos princípios do Código de Ética do Serviço Social, bem como do PEP, que preza pela garantia dos direitos, universalização e democratização do acesso, pela informação, pelo respeito às diversidades e construção de uma nova sociabilidade.

Sobre a invasão (neo)conservadora há uma preocupação perene que se apresenta como polêmica: o rebatimento da reconfiguração de valores para a efetivação do trabalho profissional frente à correlação de forças e a conjuntura e retração de direitos e de possibilidades de expansão dos indivíduos sociais/sujeitos coletivos, e; a leitura positivista da realidade realizada como fruto desta invasão.

[...] no interregno entre o encaminhamento original de 1996 e a aprovação das Diretrizes em 2001 o processo sofreu reveses, dentre eles a descaracterização da proposta encaminhada pela ABEPSS. Vale ressaltar que nas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC, em 2001, foram feitas mudanças substantivas no documento final, descaracterizando o conteúdo das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social elaboradas pela ABEPSS. As supressões incidiram tanto no perfil do profissional como no elenco das competências e na total exclusão das matérias e ementas elaboradas pela Comissão de Especialistas, em 1999 (MOTA, 2007, p. 60).

Nesse sentido, se põe em contenda, mesmo indiretamente, a formação profissional das(os) assistentes sociais e a inquietação com a reconfiguração imposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social aprovadas pelo MEC, implicando numa flexibilização do perfil profissional o que se reflete ainda no dilema teoria e prática. Vê-se, portanto, o posicionamento dos autores na defesa de uma formação profissional que referende as Diretrizes da ABEPSS, de modo a formar profissionais críticos e atentos à realidade que consigam fazer as mediações necessária à unidade teoria e prática.

As Diretrizes aprovadas, portanto em 1996 apontam, dentre os vários aspectos, a transversalidade da ética como princípio formativo

(ABESS/CEDEPSS, 1997). Para garanti-lo, as mesmas Diretrizes indicaram também “a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 61). Tal prerrogativa é central para a afirmação de uma dada concepção de ética – centrada nos aportes da Ontologia do Ser Social. Sem a apreensão dos aportes da Teoria Social Crítica, torna-se praticamente inviável a incorporação qualificada deste entendimento do indivíduo social, portador do ser social, como sujeito ético (ORTIZ, 2012, ANAIS XIII ENPESS).

Há ainda uma reflexão em torno das mudanças que a realidade/conjuntura impõe no plano da materialização das alternativas à sociabilidade capitalista e que incide diretamente na atuação profissional dos assistentes sociais os quais, como trabalhadores inscritos na divisão sócio-técnica do trabalho, também sofrem refrações de âmbito salarial e das condições para realização do trabalho e influem, junto ao processo de flexibilização do perfil profissional, na reprodução de uma intervenção imediatista, pragmática e conservadora.

Em contraposição a isto, reforçam os autores a materialidade do PEP no cotidiano profissional através de uma atuação pautada na utilização cotidiana do Código de Ética, bem como a utilização dos marcos legais da profissão, a busca por capacitação continuada e por informação, para contribuir com a construção do conhecimento nos espaços sociocupacionais. Conforme CISNE (2010), a respeito de uma das dimensões constitutivas da nossa profissão, temos que:

Na dimensão teórica, acreditamos que o Serviço Social permanece como um campo de resistência teórico-política. Apesar da existência de setores conservadores, como sempre houve ao longo da nossa história, permanecemos com a hegemonia no campo do marxismo. Prova disso é a procura crescente de profissionais de outras áreas – especialmente, economia, ciências sociais e educação – para cursar pós-graduação no Serviço Social, com o propósito de conseguir uma interlocução com a teoria crítica. Isso demonstra que somos reconhecidos como um campo de resistência teórico-político, também fora da profissão. [...] ressaltamos a realização do segundo curso de especialização à distância, cujo foco é o contexto da crise capitalista e o curso “Ética em Movimento”, promovidos pelo conjunto CFESS/CRESS, que possibilitam a capacitação e a reciclagem crítica de centenas de profissionais. Processo esse que acreditamos resultar em profícuos resultados políticos. Outro elemento que merece

destaque é a nossa produção teórica, a qualidade dos livros, das revistas e pesquisas da área, hegemonicamente pautados na perspectiva crítica. Assim, não percebemos nesta dimensão uma ameaça à hegemonia do Projeto, tampouco a sua crise, apesar de não negarmos a persistência do conservadorismo na profissão (ANAIS XIII CBAS).

Em função disto, compreender as implicações impostas ao trabalho dos/as assistentes sociais no atual contexto de perda de direitos sociais, na particularidade brasileira, supõe uma disputa entre projetos e correlação de força nos espaços sócio-ocupacionais de trabalho dos(das) assistentes sociais. Implica ainda uma instrumentalidade própria ao exercício profissional que se contraponha à racionalidade formal-abstrata²⁸ de maneira que, dispondo de uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico para dar respostas às necessidades sociais, sua ação possa modificar, transformar, alterar as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes no cotidiano.

3.1.3 EIXO: ética, direitos e fundamentos teórico-metodológicos

No que diz respeito a ética, em termos de concepção, de matriz teórica e trazendo um pouco dos fundamentos teórico-metodológicos, salientando a polêmica da invasão neoconservadora, temos que durante a análise foi possível apreender que os textos não trazem, literalmente, uma concepção de ética e ou elas vêm articuladas com outras dimensões e particularidades que nos deixam perceber de onde se fala e qual defesa se faz nesse campo.

²⁸ Esta racionalidade, conforme Guerra (2002, p.11), “[...] ela adota a forma pela qual os fatos, fenômenos e processos sociais se apresentam na sua imediatez [...]. Aqui a aparência se confunde com a essência do que resulta que, como nos indicou Marx, a ciência, o conhecimento se torna desnecessário”. Além disso, “ela utiliza o procedimento da abstração e não o ultrapassa, o que a leva a abstrair (desconsiderar) dos fatos seus conteúdos concretos e a abstrair (considerar à parte, alienar) os fatos das condições e relações que os produzem (GUERRA, 2002, p.11). Portanto, essa racionalidade se pauta por uma forma de ver o mundo apenas pelo que está posto sem que se faça a crítica nem as mediações necessárias para entender os fenômenos sociais fazendo com que o trabalho do assistente social bem como as políticas sociais se configurem por respostas imediatistas e focalizadas.

A ética, aqui entendida como modo de ser historicamente determinado (Barroco, 2008), defendida pelo serviço social brasileiro, fundamenta-se na ontologia do ser social de matriz teórica social crítica. Logo, falamos de uma concepção de ética que aliadas a outras dimensões (técnico-operativa e teórico-metodológica) direcionam um projeto ético-político-profissional hegemônico desde finais da década de 1970, na referida categoria profissional

É importante dizer que na nossa análise foi unânime o reconhecimento e a defesa dessa concepção de ética justificado, inclusive, pelas limitações e determinações próprias dessa conjuntura neoliberal, em que pese o reconhecimento da invasão neopositivista e neoconservadora com fortes tendências pós-modernas nas diretrizes de análise das ciências sociais. Entretanto, ainda se permanece no serviço social, no campo da defesa da razão crítico-dialética como concepção que melhor responde às necessidades e demandas postas tanto para os assistentes sociais enquanto trabalhador assalariado como para os usuários que sofrem, também, as consequências das expressões da questão social.

Podemos verificar esses apontamentos nos seguintes trechos:

A natureza da ética perpassa em apreender criticamente as bases dos conflitos sociais, que em sua maioria acabam dimensionando para conflitos de cunho moral, e assim revela o sentido alienante que os desvalores de uma sociedade hegemonicamente burguesa impõem contra a liberdade humana. Além disso, outro fator imprescindível no estudo da ética é a compreensão da relação entre *singularidade e universalidade*, o que vai implicar diretamente na transição entre as necessidades individuais dos sujeitos e a sua projeção em âmbito coletivo. A transcendência das necessidades individuais aos interesses coletivos dos indivíduos é exatamente o ponto em que o sujeito encontra-se capaz de elevar-se ao humano-genérico e assim viabilizar ações com fins na eticidade (Ramos, 2002). (PEIXOTO, 2010, ANAIS XIII CBAS)

A ética não é uma abstração que preconiza princípios e valores desprovidos de materialidade, nem apenas um conjunto de regras que normatiza a ação individual, profissional e coletiva. É antes de tudo, um componente da sociabilidade humana e suporte teleológico das lutas sociais [...] A prática profissional pautada em uma perspectiva crítica, na ética emancipadora é construída processualmente, é na superação da cotidianidade que o Serviço Social deve provar o caráter dos compromissos que vinculam à perspectiva de emancipação humana. A ética presente no projeto profissional permite ao assistente social tomar consciente suas ações e perceber as consequências e implicações das mesmas (PEREIRA, 2010, ANAIS XIII CBAS).

Essas reflexões, além de muito importante, sintetizam a defesa do projeto ao qual se vinculam, bem como apontam para a direção social hegemonicamente reconhecida no serviço social brasileiro e nesse contexto, (re)afirmando o que vem sendo colocado até aqui. Não há dissenso com relação à hegemonia do PEP, muito menos a compreensão de sua necessidade histórica para a profissão. Tais reflexões são reveladoras de opções por determinado projeto societário, opção por uma direção social que contemple a perspectiva da transformação social com ganhos reais e essenciais para as classes-que-sobrevivem-do-trabalho. Assim, reafirma-se a opção pela matriz marxiana da ontologia do ser social, compreendendo que é a partir dela que se pode compreender a dinâmica e o vir-a-ser da realidade, como afirma GUERRA (2008).

Outro elemento importante a ser destacado refere-se ao mesmo produto histórico e reconhecimento das mediações necessárias para defender o atual projeto profissional e sua vinculação prática com o cotidiano profissional. Logo, alguns artigos e ideias conseguem além da mediação necessária à apreensão, abstrair o horizonte estratégico de resistência ao atual modelo de sociabilidade e conseguem articular juntamente com o CE e o PEP as possibilidades reais de materialização e consolidação de uma práxis cada vez mais orientada pela direção social hegemonicamente defendida pela profissão, balizada pelos princípios e valores emancipatórios.

Assim, a ética profissional se explica nas relações sociais em que o indivíduo está inserido e no qual as pessoas desenvolvem valores, um modo de agir permeados por costumes, normas, que orientam seu comportamento. A ética profissional é permeada por conflitos e contradições e suas determinações extrapolam a profissão, remetendo às condições mais gerais da vida social, ou seja, no mundo do trabalho, as pessoas desenvolvem sistemas de valores e de escolhas. (CERQUEIRA, ARAÚJO e MENEZES, 2010, ANAIS XIII CBAS)

A ética voltada para valores emancipatórios apresenta limites objetivos para sua efetivação na sociedade burguesa, mas contribui para a superação do cotidiano, afim da ampliação de uma consciência social crítica. Comprometer-se com a construção de uma nova ordem social não exclui uma atuação crítica e competente que favoreça o desmonte da hegemonia do capital e sinalize os princípios para uma nova ordem social. Ou seja, trata-se de conquistar espaço dentro dos limites impostos pela lógica neoliberal e pela dinâmica do capital. Tais elementos nos induzem a identificar no código de ética de 1993 e no projeto ético político do serviço social sinais de uma

proposta revolucionária, não evidenciada em outras profissões.(PEREIRA, 2010, ANAIS XIII CBAS)

Dessa forma, se faz importante dizer que embora apareçam como polêmica e ou limites a questão da relação teoria e prática, é bom que se diga que não há oposição a essas duas, mas que elas aparecem nos artigos analisados como uma questão difícil frente a conjuntura e as determinações da realidade. Por isso o entendimento da ética alinhado ao que defende o serviço social ao longo das últimas décadas e o reconhecimento desses entraves próprios da conjuntura.

Nesse sentido que a crítica que BRAZ (2007), faz sobre a formação profissional afetar diretamente as bases sustentadoras do PEP, é incontestável frente ao desmonte da educação e em particular a reconfiguração do ensino superior nas últimas duas décadas. Claro que se considerando a totalidade não há uma “crise”, mas uma séria limitação posta pela realidade que precisa ser enfrentada. Mas como? E de novo nos vem a pergunta: como vamos denominar essa tendência: se não é crise, mas é o que? Que pulula o serviço social e sua agenda e não pode ser adiado, haja vista sua compreensão, apreensão e formulação de estratégia para superação, considerando que não negamos a resistência que vem e está sendo travada seja em âmbito acadêmico-intelectual(ético-teórico-político), seja no âmbito do cotidiano profissional (técnico-operativo)?

Também temos clareza a respeito da articulação entre ética e as categorias emancipação, indivíduo e sociabilidade que aparecem nítidas nos artigos, no que pese o modelo do encontro e o formato dos artigos propostos, de forma que não temos indício de nossa produção intelectual, no âmbito da ética, caminhar por outro percurso que não o da ontologia do ser social. Aqui vale salientar que as ricas contribuições de Maria Lúcia Barroco são essenciais nesse debate e se reflete nas produções, sendo esta autora, citada repetidas vezes, podemos dizer quase sempre, em todos os artigos.

Como se pode observar o assistente social sofre os impactos do mundo do trabalho, assim como, “não passa ileso aos processos de reificação das relações sociais” (Idem), implicando significativamente no seu processo de construção de alternativas ou estratégias coletivas de materialização da ética profissional [...] Nesse sentido, tem-se posto em xeque no Serviço Social a noção de ética como mera tradução de valores e princípios abstratos, localizando-se a

ética como uma construção histórica dos homens (Barroco, 2009), constituindo-se como conhecimento e ação, portanto, mediação fundamental à efetiva transformação da realidade. Barroco (2009a, p.174) lembra Lukács (2007, p.72), para ressaltar que a ética além de conhecimento, é “um momento da práxis humana em seu conjunto”. (CARVALHO e SILVA, 2012, ANAIS XIII ENPESS)

A partir destas reflexões reafirmamos a tese de que a introjeção dos valores dominantes da moral brasileira, o peso das relações sociais reificadas e as demandas colocadas à profissão, reatualizam valores e práticas conservadoras no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais, tensionado o projeto ético-político da categoria. Importante salientar, no entanto, que estas constatações não negam a possibilidade de materialização dos princípios presentes no projeto profissional, ou seja, embora estejam inseridos numa dinâmica contraditória e processual, são reais as condições para a sua realização. Neste sentido, afirma Brittes (2011) “[...] podemos considerar que as orientações de valor do projeto ético-político do Serviço Social possuem uma efetividade real – histórica – e sua realização depende, ao mesmo tempo, do modo como os agentes profissionais se apropriam de tais valores [...] e da processualidade histórica que favorece a sua realização” (p.54). (CABRAL, 2012, ANAIS XIII ENPESS)

Embora as determinações sócio-históricas favoreçam o desaparecimento de setores resistentes à lógica do capital, é nesse processo de luta que se inserem sujeitos políticos que na ordem do dia inscrevem alternativas progressistas à esse sistema que lança mão de qualquer estratégia para ditar seus interesses e deixar a deriva os sujeitos e suas iniciativas de rompimento com esse modelo. Natural deve ser o processo de recusa, por parte dos setores dominantes, das práticas que coadunam com o projeto das classes trabalhadoras. Não pode ser considerado natural desistir da luta, da resistência, da construção de uma sociabilidade livre de opressão, dominação, exploração. Pois, esse modelo não é o fim da história.

Contudo, é importante dizer também que,

Sabendo que a realidade é síntese de fatores objetivos e subjetivos, portanto, não sendo possível tratar as questões relativas à produção de conhecimento teórico enquanto problemas internos ao conhecimento, regidos por uma legalidade própria, mas considerando a influência da realidade externa e a presença do sujeito neste processo é que compartilhamos com o entendimento de que o protagonista da produção de conhecimento teórico no Serviço Social seja também o responsável pela direção social assumida neste conhecimento. Sujeitos que, inseridos na totalidade social, respondem as requisições que lhe são postas, a partir do acervo

teórico-metodológico e ético-político acumulado, com desdobramentos para o rumo desta produção, no que pese a sua resistência ou adesão à direção social estratégica do projeto ético-político da profissão. Sujeitos que fazem história porém, como já escreveram Marx e Engels (1999), não a fazem como querem, mas dentro de condições historicamente dadas. (NÓBREGA, 2012, ANAIS XIII ENPESS)

Nesse sentido, é importante a reflexão a respeito das produções, produtos e produtores que tecem esse avanço no serviço social brasileiro enquanto sujeito movente e movido dessa realidade. Sobretudo porque, as análises denotam que o nível de abstração e apreensão dos fundamentos que compõem e demandam o agir ético profissional alinhado a concepção de ética e ao PEP reivindicado pela categoria está sendo refletido nos debates propostos nas produções analisadas.

3.2 TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO DEBATE SOBRE A ÉTICA NO CBAS E NO ENPESS

Seguindo na problematização a respeito do debate da ética, no âmbito da produção intelectual, no serviço social brasileiro, tentaremos apresentar as principais tendências teórico-políticas presentes nos artigos em análise e que, podemos assim dizer, refletem os principais vetores da alteração nessa temática da ética.

Tendo em vista que as principais temáticas que apareceram nos artigos são em torno do Projeto Ético-Político; Valores e Cotidiano Profissional, Ética e Fundamentos Teórico-Metodológicos, Direitos Humanos e Formação Profissional, tentaremos apresentar as principais tendências que compõem esse debate, sinalizando, de antemão, que muito do que será apontado aqui possui estreita vinculação com a caracterização dos artigos em análise por dois motivos em particular. O primeiro diz respeito ao momento histórico em que estávamos localizados à época da discussão e o segundo, decorrente desse, porque sendo o projeto político-profissional vinculado a um projeto societário classista, de caráter progressista, sofrem-se os rebatimentos de uma conjuntura donde o atual modelo de sociabilidade comporta uma crise estrutural no sistema capitalista vigente.

Portanto, sem desconsiderar as determinações da realidade e ponderando esse contexto adverso, tanto para os movimentos sociais como para todo o conjunto dos trabalhadores e seu projeto de sociedade, podemos inferir que o reconhecimento dos limites impostos pela conjuntura, permite ao serviço social – leia-se os setores progressistas da profissão que defendem e reivindicam o atual PEP – se posicionar no campo da resistência e da defesa do referido projeto.

Como nos ajuda a refletir CERQUEIRA, ARAÚJO e MENEZES (2010),

A ética profissional se explica nas relações sociais em que o indivíduo está inserido e no qual as pessoas desenvolvem valores, um modo de agir permeados por costumes, normas, que orientam seu comportamento. A ética profissional é permeada por conflitos e contradições e suas determinações extrapolam a profissão, remetendo às condições mais gerais da vida social, ou seja, no mundo do trabalho [...] Neste sentido, o desafio apontado para a profissão no bojo das relações sociais, quando analisado pela ótica da reflexão ética, nos aponta para como o profissional deveria ser, na medida em que sua força de trabalho é requisitada para a prestação de serviços sociais que de uma forma indireta dão manutenção ao poder hegemônico do capital sobre o trabalho. Porém, a prática do Serviço Social está inserida num processo contraditório em que este vende sua força de trabalho, automaticamente sua atuação fica limitada, se este não tiver um embasamento teórico-metodológico, pois o profissional qualificado e com o perfil de pesquisador consegue encontrar estratégias para responder a tais limitações postas pelo mundo do trabalho (ANAIS XIII CBAS).

Dessa forma, podemos fazer apontamentos no sentido de que, embora se reconheça as limitações dessa sociabilidade e seus rebatimentos no mundo do trabalho, bem como no desenrolar da vida social, se consolida como tendência a defesa do atual PEP e a sustentação de sua materialidade numa conjuntura adversa como a do presente momento, pois, como afirma IAMAMOTO (1998) e NICOLAU (2004), respectivamente,

[...] a visão histórico-ontológica do homem como ser prático-social, dotado de liberdade, que tem no trabalho sua atividade fundante. Ultrapassando a visão tradicional de uma essência humana abstrata e atemporal criadora – cuja expressão privilegiada é o trabalho-, produz-se a si próprio na relação com outros homens, como um ser histórico-social, distinto da natureza, submetendo-a a suas finalidades e de necessidades. [Entendo assim] o homem como um ser dotado de liberdade, capaz de criar, de antecipar objetivos, fazer escolhas e dar respostas, criando e recriando a vida social. (IAMAMOTO, 1998, p.102)

A formação e o exercício profissional são construções sócio-históricas na qual articulam-se à prática da sociedade, espelhando a história, a cultura e o jogo de interesses que se polarizam naquela totalidade social... Deve-se ter presente que a formação recebida pelo assistente social vai se confrontar com a prática concreta das instituições, se a formação não se articula a este exercício refletindo-o criticamente cairá no vazio. (NICOLAU, 2004, p.92)

As condições de trabalho e fragilização do processo, dos vínculos, têm rebatimentos concretos no enraizamento da perspectiva ético-política que orienta, hegemonicamente, o serviço social brasileiro. Contudo, há uma preocupação dos autores em análise em trazer a crítica, acompanhada sempre de um apontamento que remete ora as estratégias que a profissão vem lançando mão frente a polêmica da materialização do PEP, ora ao convite de visitar os fundamentos desse projeto com vistas à sua internalização, espraiamento, radicalização.

Nesse sentido, entende-se que aprofundar o debate sobre os fundamentos ético-profissionais no trabalho do/a assistente social tem se constituído uma estratégia central na organização política da categoria, numa perspectiva de qualificar suas intervenções, especialmente, no sentido de “suscitar atitudes político-profissionais firmes, que denunciem criticamente os mecanismos de individualismo, particularismo, corrupção e desigualdades intensificadas nesses tempos de neoliberalismo” (CFESS, 2004, módulo I, p.5). Afirma-se, portanto, como estratégia relevante na construção de alternativas concretas de efetivação do projeto ético-político do Serviço Social. (SILVA, CARVALHO e ACIOLI, 2012, ANAIS XIII ENPESS)

A recorrência aos fundamentos teórico-metodológicos são emblemáticos da defesa do atual PEP, bem como da teoria que dá sustentação e norte. Embora se repitam, ainda que de forma diferente, sempre se reconhece a trajetória histórica do serviço social. É como se fosse, e na minha visão é, essencial justificar, antes, de que lugar se fala, para dialogar – por exemplo – com o que preconiza o nosso PEP, como se estrutura e rebate na práxis profissional o CE e como a luta pela sua manutenção e constante afirmação de sua consolidação é tão permeado por determinantes que se explicam pelo método e ou referencial adotado que embora não se consiga efetuar todas as possíveis relações no enfrentamento das demandas cada vez mais mediatizada pelo pragmatismo, que não se consiga apreender, por vezes, quão intrínseca e clara é a dialética da teoria e prática no cotidiano,

ainda se consensua a defesa desse projeto, pois dadas as condições ele melhor explica o lugar de onde se fala, quem fala, o que pensa, o que defende, o que almeja o profissional e sua intervenção na realidade.

Diante da dinamicidade do processo histórico que constituiu e constitui a profissão, assinala-se aqui uma preocupação, percebe-se uma possível ausência de articulação entre aquilo que está posto no discurso profissional e aquilo que se dá no plano do exercício efetivo, questiono-me, por exemplo, será que nós, assistentes sociais brasileiros, temos clareza do sentido e do significado desse processo histórico de amadurecimento teórico, ético e político do projeto profissional? Ou será que às vezes banalizamos esse processo tomando-o como um simples dado ou uma informação? banalizando, dessa forma, a identidade da profissão. Por vezes, possuímos belas e coesas mediações discursivas na direção do Projeto Ético-Político da profissão, porém, no espaço micro da intervenção profissional qual o campo de mediações os profissionais estão criando a fim de defender os direitos humanos dos sujeitos sociais com os quais intervimos? (MORAES, ANAIS XIII ENPESS)

Quando nos referimos aos profissionais que atuam diretamente no campo, ainda é comum a menção de que “a teoria na prática é outra” e deste modo, torna-se nítida a fragilidade da apropriação sobre os fundamentos teórico-metodológicos que norteiam, ou deveriam direcionar as ações profissionais. O mesmo pode ser observado, quando questionados sobre a aplicabilidade do atual código de ética, em vigor desde 1993, onde por muitas vezes resurge com maior expressividade a assertiva “ele não tem aplicação efetiva, ou seja, ele não tem materialidade”. Somente a identificação destas afirmações tão comuns no cotidiano profissional já apontaria para um distanciamento entre as perspectivas defendidas ainda pelos órgãos representativos da categoria e a diminuta compreensão dos postulados éticos políticos do serviço social no Brasil. Soma-se a isto também a fragilidade da formação profissional no Brasil, identificável não somente no Serviço Social, mas em praticamente todas as áreas que produzem conhecimento científico, seja no âmbito da graduação ou da pós-graduação. Como identificado por Quiroga ainda na década de 1980, existia na ocasião uma dificuldade por parte dos docentes em compreender o método do materialismo histórico dialético e conseqüentemente, repassavam para os alunos visões distorcidas, manualísticas da teoria social de Marx. Cremos que na atualidade o problema persiste, porém, agora agravado pela negação da categoria totalidade e a fragmentação do conhecimento, no atual estágio, tendencialmente virtualizado como no caso da proliferação do ensino a distância em detrimento da sala de aula enquanto espaço de formação ética e política. (OLIVEIRA, 2012, ANAIS XIII ENPESS).

A reflexão em torno das falas, vai no sentido de perceber como é forte e presente a questão da preocupação que se tem com o PEP, da defesa de sua sustentação acompanhada do reconhecimento das limitações próprias da conjuntura e da identificação das “possíveis” causas que levam a tal

questionamento. Nesse sentido é importante resgatar e sinalizar o amadurecimento que os artigos em análise apresentam tomando por base nossas conclusões dentro dessa alteração em três aspectos.

Primeiro, a questão da formação profissional não pode ser relegada ao segundo plano, pois, a luta histórica da categoria de assistentes sociais e suas entidades representativas pela formação de qualidade é uma bandeira constante na luta contra o desmonte dos direitos sociais e este processo é signatário de movimentos dinâmicos que comportam mudanças estruturais no e do capitalismo, serviço social e relações sociais. Daí que não podemos desconsiderar que essa problemática além de (re)aparecer em todos os quesitos adotados como parâmetros na nossa análise acompanha a reivindicação da teoria social crítica como hegemônica e como direção a ser seguida na categoria.

Esse entendimento está presente nos debates encampados pelos autores em análise e denuncia um segundo aspecto que diz respeito à defesa da teoria social crítica como paradigma a ser adotado para leitura e apreensão da realidade e como direção teórico-política porque, dentre outros elementos, esta perspectiva metodológica articula “três categorias nucleares – a totalidade, a contradição e a mediação [...] base necessária, indispensável, para a teoria social” (Netto, 2009, p.691). Esta concepção materialista e dialética abrange também as seguintes premissas: o ser histórico como fundamento do conhecimento; a práxis como categoria mediadora entre sujeito e objeto; o objeto como pólo regente do processo cognitivo; a apreensão da relação entre essência e fenômeno; a apreensão da processualidade das relações entre o singular, o particular e o universal; a superação da dualidade entre subjetividade e objetividade.

O terceiro e último aspecto diz respeito a preocupação de MORAES (2012), quando denota o questionamento em relação a materialização do PEP. Esse questionamento não aparece no sentido de opor teoria à prática, nem compõe o campo de defesa da “crise do PEP”. Por um lado, tal inquietação reforça nossa compreensão desse complexo processo – que insiste em perfilar o debate da ética no serviço social brasileiro – o qual caracterizamos como “dilema da crise”. Por outro, a questão da defesa do atual PEP vai no sentido de que a interlocução com as bases marxianas tem potencializado explicar a

realidade com mais aproximação do real, da essência dos fenômenos com determinações que não podem ser desconsideradas no atual contexto de enfrentamento da ofensiva neoliberal (em crise) e da retração dos direitos sociais a duras penas conquistados. Esse processo de reflexão esbarra no limite de não poder superar, de imediato, o atual modelo de sociabilidade porque as mudanças propostas no âmbito do fazer profissional do serviço social não movem as estruturas desse sistema diretamente, mas propõe uma reflexão de suas bases constitutivas e nesse sentido os limites não são do PEP, mas da sociabilidade. Associado ao grau de abstração e de apreensão da realidade a qual estão submetidos assistentes sociais e usuários, talvez desperte nos sujeitos político-sociais a necessidade de enxergar as mudanças de forma aligeirada, sem levarmos em conta, e até pautado no método marxiano, à viabilidade histórica desse projeto, no sentido de que as mudanças não serão pragmáticas e muito menos de uma hora pra outra. É um momento de convergência nas análises de conjuntura e dissenso quanto a posição de “xeque” defendida por alguns teóricos e já problematizados por nós em outras sessões desse texto. Tanto que devido essa necessidade de perseguir esse debate, identificamos uma repetição de formulações apresentadas por MARTINS e OLIVEIRA (2012) em uma análise também do CBAS 2010 sobre a questão da reprodução de discursos muito similares que se alinham, semanticamente, a defesa da materialização do PEP em meio à conjuntura reconhecidamente adversa. Segundo as autoras,

A presença significativa de abordagens amplas acabou tornando-se vagas, pois não foram colocadas alternativas profissionais no campo de trabalho, interligadas com a efetivação do projeto ético-político, e assim, houve uma repetição daquilo que é apresentado pelos principais autores do Serviço Social. Disso decorre a necessidade de enfatizar que a publicação de artigos partiu significativamente do meio acadêmico. (MARTINS e OLIVEIRA, 2012, ANAIS XIII ENPESS).

Partindo desses pressupostos salientamos a questão das condições reais dos sujeitos históricos mediado pela conjuntura e pelas limitações que impõem retrocessos (no mundo do trabalho, dos direitos, da vida social), ao passo que, contraditoriamente, inscreve no real as possibilidades de reversão, transformação da realidade. Nesse sentido, reivindicar o método materialista-

histórico-dialético e também conseguir trazer as mediações que se fizerem necessárias para criticar a invasão (neo)conservadora/pós-moderna, defendendo a razão crítica dialética nesse momento de crise dos paradigmas da modernidade e da equalização dos fenômenos sociais lidos na sua forma aparente e conseqüentemente inviabilizando o processo de auto afirmação dos sujeitos sociais, possibilita-nos sustentar a tese de que é preciso fortalecer a resistência as ofensivas do capital em nível nacional e internacional, sobretudo considerando as implicações – negativas – das intervenções de organismos internacionais na política de educação, transformando em lócus do mercado e as condições subumanas a que estão submetidos os sujeitos sociais, inclusive os assistentes sociais, donde o lucro se sobrepõe as necessidades objetivas e subjetivas dos indivíduos sociais.

Em que pese a viabilização de práticas alienantes e alienadoras que são características da atual sociabilidade alicerçada no trinômio alienação-opressão-exploração. Portanto, as categorias da ontologia do ser social oferecem caminhos para explicação (teórico-metodológica) da necessidade de se reivindicar essa teoria/método como imprescindível na resistência às formas de agudização da negação do ser social, nesse ínterim, onde o trabalho sofre modificações e insistentes tentativas de descaracterização enquanto atividade fundante e ontológica da relação do homem (ser social) com a natureza, com a sociabilidade.

Nesse sentido, os autores em análise apontam que,

O rompimento com o conservadorismo engendrou, conforme Netto (1999), uma cultura profissional (princípios, valores, objetivos, concepções teóricas e instrumentos operativos) preñe de diversidade, mas que possibilitou, ao longo da década de 1980 e na entrada dos anos 1990, germinar e formular uma direção social estratégica que colide com a hegemonia política que o grande capital vem tentando construir. Direção esta claramente explicitada no Código de Ética Profissional em vigência desde 1993, o qual fundamentado na ontologia social marxiana, afirma o compromisso ético-profissional com valores emancipadores universais, situando-se como parte do processo de renovação profissional e como uma expressão significativa do acúmulo profissional e dos avanços teórico-políticos conquistados historicamente pelo Serviço Social brasileiro (BARROCO, 2001) [...] Assim, em tempos de pós-modernidade o Serviço Social é nuclearmente interpelado a aderir aos encantos desta perspectiva ou resistir mantendo a atual direção social estratégica do projeto ético-político da profissão. Direção esta sustentada em matrizes não apenas antagônicas ao conservadorismo, mas, sobretudo, expressamente, como disse Netto (1996 c), colidentes com as bases epistemológicas do pensamento

pós-moderno e conflitante com o quadro de referência cultural da pós-modernidade. No entanto, não poderemos omitir que, apesar da herança conservadora no Serviço Social, temos uma história de ruptura, a qual se expressa também na produção teórica, configurando uma direção social em sintonia com o projeto ético-político da profissão, o que veremos a seguir. (NÓBREGA, 2012, ANAIS XIII ENPSS)

Para expor a concepção da ética na perspectiva do Serviço Social, é necessário tomar como base os fundamentos ontológicos do ser social, de acordo com Barroco (2008b). Assim, faz-se necessário expor a categoria ontológica do ser social: o trabalho. E a partir daí discorrer sobre ela e sua influência na constituição da ética para a profissão. Tendo como fundamento a teoria marxiana, o homem, diferente dos animais, possui a capacidade teleológica, ou seja, pensa e prevê antes de objetivar suas necessidades. Desse modo, estabelece uma relação com a natureza para suprir suas carências, assim ele se transforma e se auto-reconhece no produto do seu trabalho. Contudo, o homem não se encontra sozinho neste processo, pois sua satisfação está imersa no convívio social [...] É preciso pontuar também que estamos em fase de consolidação do projeto ético-político, sobretudo em relação à formação profissional com base na tradição marxiana. A conquista da direção social hegemônica identificada nos artigos, não significa necessariamente a sua incorporação de forma homogênea dentro da categoria, afinal o projeto ético-político ainda é jovem, e sua consolidação remete necessariamente a uma disputa ideológica no bojo das relações sociais e vincula-se ao modo como se apreende o método em Marx.

Interessante nos trechos citados anteriormente é que traduzem muito do que conseguimos abstrair até aqui. A história de ruptura com o conservadorismo vem sendo escrita e disputada até os dias de hoje no serviço social e isso ocorre também com as produções teóricas de forma que a direção social, bem definida, se reflete na identificação de que não há tendência nem incidência, nas produções selecionadas para análise, de uma negação ou contraposição a direção social hegemônica defendida por segmentos majoritários do serviço social brasileiro. É interessante também perceber que a reivindicação da hegemonia e do pensamento crítico sempre vem acompanhada do reconhecimento da ontologia do ser social para fundamentar a escolha. Esse reconhecimento nos leva a perceber que embora as condições sejam por vezes adversa, há um enraizamento na profissão e, sobretudo na produção intelectual de um alinhamento na forma de apreender o significado e a importância da ontologia do ser social para leitura da realidade e defesa do atual PEPSS, em que pese a dificuldade de nessas breves reflexões encontrarmos como tem se dado a apreensão dos fundamentos ontológicos desse pensamento devido ao modelo do evento, do formato do trabalho,

contudo, sem ônus em desfavor da teoria social crítica no processo de consolidação do PEP.

O reflexo dessas análises se devem, em muito, a visitação em fontes que são fruto de pesquisas baseadas na interpretação social crítica da realidade. Autores reconhecidos no serviço social pelas contribuições que tem somado no processo de (auto)afirmação dessa categoria no cenário nacional. Destacamos as contribuições de Maria Lúcia Barroco no sentido de desvelar e articular, pautada no método dialético e na ontologia do ser social de Marx e Lukács, a ética e sua relação com a profissão; José Paulo Netto, Marcelo Braz, Sâmya Ramos, Marilda Iamamoto, Ivete Simionato, Yolanda Guerra, Beatriz Paiva, Ana Elizabeth Mota e outros nomes que ao longo do processo de construção sócio-histórica do serviço social tem “escrito” e perfilado parte da identidade da referida categoria e tem se constituído em referenciais, donde profissionais, estudantes e pesquisadores tem recorrido para consolidar o serviço social e seu projeto político-profissional.

Diante disso, podemos inferir que a relação do serviço social com o debate da ética permanece inalienável à sua construção sócio-histórica – e o termo inalienável não aparece aqui deslocado do processo de alienação orquestrado pela ideologia do capital – mas, no sentido de esse debate e a postura adotada pela profissão consolida-se alinhadamente à ética fundamentada na ontologia do ser social e, portanto, segue compondo o PEP e engrossando a vertente denominada por Netto de Intenção de Ruptura que além de perene, requisita hoje do assistente social uma verdadeira radicalização da defesa dos princípios emancipatórios que norteiam e direcionam o projeto político-profissional, bem como a luta e a resistência desses sujeitos histórico-sociais. Pois, a utopia de uma nova sociabilidade se inscreve na ordem do dia e o serviço social, enquanto sujeito social coletivo, comporta fundamental importância na construção dessa resistência juntamente com outros sujeitos sociais. E, como afirma CISNE (2010),

Não queremos usar o otimismo como um escudo que esconde a realidade. Tampouco cair em um pessimismo que possa contribuir com o fortalecimento da ideologia do fim da história. Vivenciamos um período duro para a esquerda. Devemos apreender a realidade em seu movimento, identificando suas contradições, nas quais paradoxalmente residem as possibilidades históricas. Deste modo,

conseguiremos identificar não apenas as adversidades, mas também os focos de resistência para, com nossos aliados de classe, empreendermos lutas concretas em prol dos interesses das classes subalternas. (CISNE, 2010, ANAIS XIII CBAS).

4. CONCLUSÕES

O processo de pesquisa é sempre fascinante por nos propiciar momentos de reflexão e, nesse sentido, todos os processos investigativos são tencionados por potencialidades e limitações que são inclusive positivas à medida que nos exigem um exercício constante de planejamento, estimulando a criatividade e nos amadurecendo para outras experiências.

Quando nos propomos a pesquisar sobre as tendências teórico-políticas que se expressavam no debate da ética, já compunha o universo do nosso pensamento duas grandes inquietações: o dilema da crise do PEP e a repetição semântica do discurso em defesa do PEP e de sua materialidade no cotidiano profissional.

Entendemos que os conflitos, carregam em si a possibilidade de resolução, ainda que tal resolução gere algum ônus para as partes envolvidas. Exemplificando, eventualmente, um casal de namorados briga porque disputam uma única televisão para assistir seus programas prediletos, ambos, no mesmo horário e em canais diferentes. Após uma conversa, até mal educada, às vezes, resolvem dividir o tempo. Cada um assiste por dez minutos. O conflito foi resolvido, mas, ambos perderam momentos importantes de seus programas e continuarão amando-se. Um dilema é diferente, é quando causa e efeito são paradoxos.

O PEP conseguiu comportar de forma tal o processo de surgimento, consolidação, amadurecimento e transformação do serviço social que não apenas sofre abalos profundos na sua estrutura devido o embate direto com as determinações do sistema do capital, como também contém em si a saída da suposta “crise.

Compreendendo o direcionamento do projeto profissional do Serviço Social e a lógica e estratégias da sociedade do capital, que se direcionam para desigualdade entre as classes, para o individualismo, consumismo, uma solidariedade despolitizante, entre outras características que vulnerabiliza e

ferem o pleno desenvolvimento da classe trabalhadora e de sua consciência, é notório o posicionamento desse projeto a favor da superação da sociedade capitalista para uma sociedade mais igualitária, onde se materialize a emancipação humana.

Destarte, parte significativa dos(as) assistentes sociais tendo em vista todas as lutas e conquistas da categoria, nesses últimos 30 anos, colocam-se para atender as demandas da sociedade de forma crítica, consciente e propositiva a favor da classe trabalhadora, ampliando as lutas de uma categoria para as lutas de uma classe dominada e subalternizada que necessita da transformação social para garantia de desenvolvimento digno nos âmbitos social, político, cultural e econômico. Sobretudo porque esse sistema assim como marcadamente desigual, o é também hipócrita por balizar-se em princípios conservadores e moralistas, sem mencionar adequado à lógica opressora, de uma classe que se sobrepõe a outra de forma nociva e violenta, além de camuflar sua ação sob o prisma da democracia política, por vezes formal.

É importante pensar que o Código de Ética e o PEPSS apontam o horizonte estratégico de atuação que coaduna com a ideia de plena expansão dos indivíduos, com a emancipação humana e com a liberdade, cidadania, democracia. Mas, devemos ter claro que os desafios que se colocam para a materialização do que preconiza o PEPSS está diretamente associado aos limites da sociabilidade do capital como um todo. Nessa perspectiva, SANTOS aponta que:

Não é o Código de Ética que dificulta a realização do trabalho profissional. Não é o projeto ético-político que é ilusório ou de impossível efetivação. É a sociabilidade capitalista que não assegura condições concretas para o atendimento das necessidades humanas e dos direitos na vida cotidiana. É o projeto político das classes dominantes que busca destituir de sentido histórico as experiências de resistência e de luta do trabalho; que busca desregular e diluir as profissões, desrespeitando processos coletivos de organização, cultura política e instrumentos normativos instituídos de modo legal e democrático; que assegura, por meio de Estado, iniciativas que resultam na precarização da formação e do exercício profissional (SANTOS, 2012, p.15).

Cabe aos pesquisadores, profissionais, militantes, enfim, ao conjunto que compõe a categoria profissional do Serviço Social brasileiro, incorporar nas

suas reflexões, bem como, na sua práxis a atualidade do PEP que na ordem do dia exige compromisso e vitalidade para continuar nessa trajetória que tem posto a profissão “como partícipe das grandes questões em defesa do trabalho, da seguridade social pública e nas lutas dos mais diferentes movimentos sociais” (SANTOS, 2012, p.15).

Consideramos que esse debate está longe de chegar ao fim, a um consenso. E em vista da socialização do conhecimento, por intermédio dos Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais e dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social, é importante que se aprofundem os embates teóricos nessa perspectiva, pois, só esse movimento de aproximação contínua com a essência desse fenômeno, é que possibilita apreensão de suas múltiplas determinações, a intervenção, superação respectiva e simultaneamente.

Perceber o serviço social como sujeito político historicamente atuante no enfrentamento das lutas anti-capitalistas, ao passo que compreendemo-nos como parte e partícipe desse processo de luta de classes, pressupõe que a militância política é uma demanda histórica do tempo presente. As conquistas em favor da classe trabalhadora e da esquerda, das quais o serviço social faz parte, são frutos de articulações e atos políticos classistas que ganha corpo na militância e na organização, sobretudo, quando as investidas do capital são avassaladoras.

Nos últimos dez anos a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social tem passado por um processo de mudança na sua composição. A diversidade de estudantes e de modalidades de estudo exige do “militante da ENESSO” uma postura polivalente. A realidade demonstra que a quantidade de estudantes de serviço social mais que dobrou na última década e os estudos e investigações do CFESS/CRESS dão conta de instituições que não têm estágio, segundo as diretrizes da Política Nacional de Estágio, não contemplam o tripé do ensino, pesquisa e extensão e se não comporta o mínimo necessário, não suportaria um centro ou diretório acadêmico. Entretanto, tem a ENESSO se posicionando nas lutas da classe trabalhadora, tem conseguido estabelecer o diálogo com os estudantes da modalidade EAD e tem conseguido formar seus militantes. Essa lição os estudantes aprenderam com os sujeitos que hoje compõem a vanguarda do Serviço Social, penso que esse movimento precisa ser (re)visitado e (re)tomado.

Essa indicação vai no sentido de salientar a relevância da categoria potencializar sua intervenção junto as classes oprimidas, sobretudo nesse contexto sócio-histórico, bem como trabalhar a desmistificação no meio profissional de que “na prática a teoria é outra”. Estreitar essa distância entre academia e a “ponta” dos serviços é imprescindível.

Então, nessas idas e vindas de crise e não crise o que temos?

Nós não temos uma crise, mas temos um forte tendência a defender esse momento de reconhecimento dos limites (im)postos pela conjuntura e que incidem diretamente nas bases materiais do projeto profissional, entretanto, como já dissemos outrora, nós temos que pensar esse projeto muito jovem e nas iniciativas que no tempo histórico são curtas, que diz respeito ao curso Ética em Movimento, a Política Nacional de Estágio e, sobretudo, os produtos que ainda vão surgir desses espaços de socialização, dentre inúmeras outras iniciativas nesse sentido.

Assim como identificamos no ENPESS e no CBAS que existe essa socialização do conhecimento, e que isso é muito positivo para a categoria, os frutos desse processo do curso de capacitação continuada e da PNE, sobretudo, com os fóruns de socialização das experiências de estágio, podem nos oferecer elementos importantes e primordiais para fortalecer e aproximar esse discurso internalizado no meio acadêmico da pertinência do PEP e de sua viabilidade histórica, dos profissionais que estão distanciados do meio acadêmico, mas, que não estão distanciados da mesma tendência que se coloca de defesa desse projeto. Significa, pois, que tal projeto está articulado em todas as dimensões da profissão, contudo, precisa sim de manutenção em um aspecto ou outro, em vista de enfrentar os rebatimentos e as implicações das investidas do capital às bases do nosso projeto. Daí, advém a pertinência dessa pesquisa em mostrar que não temos crise, nem incidência de crise no âmbito da produção intelectual no que diz respeito ao debate da ética, a apreensão da ética como dimensão do PEP, mas temos sim, um momento que exige articulação e diálogo na perspectiva de fortalecer o enraizamento do atual projeto político profissional.

A direção social tem alcançado todos os níveis que compõe a categoria profissional e sua reivindicação denota que estamos no caminho certo, que “se o presente é de luta, o futuro nos pertence”. Portanto, o reconhecimento das

limitações dessa conjuntura à visualização de mudanças estruturais da nossa sociabilidade é uma constante na nossa produção desse período e tanto os autores em análise, quanto aqueles que serviram de aporte teórico-conceitual, estão ancorados na tradição da teoria social crítica e a concepção de ética norteadora de uma práxis emancipatória fundada na ontologia do ser social de Marx e Lukács, com importantes e fulcrais contribuições de Maria Lúcia Barroco.

Nesse universo circulam as análises e elaborações em torno da relação teoria e prática, valores e dimensão ético-moral no cotidiano profissional, éticos e direitos sociais e humanos, dentre outras determinantes que demandam ao Serviço Social Brasileiro.

Na tessitura da produção de conhecimentos reforçamos que a discussão acerca da ética, suas polêmicas, limites e contradições, tendências, direção social e fundamentos ético-teórico-políticos, bem como os elementos que circulam esse debate, não finda aqui; do contrário, foram apresentados vetores de análise e de construções em torno da temática que nos serviram e nos servirão de fomento e impulso para novos questionamentos.

Sendo assim, podemos finalizar com a certeza que este trabalho não terminou, tendo em vista a necessidade contínua do processo de conhecimento. Não foi objetivo nosso esgotar as discussões até porque compreendemos que a atividade científica não se limita à repetição do que já foi descoberto, pois “se nem mesmo as verdades científicas são definitivas e peremptórias, também a ciência é uma categoria histórica, um movimento em contínua evolução” (GRAMSCI, 1999, p.174). . E quando nos referimos aos direitos sociais, e enquanto sujeitos ativos do processo de mudança e emancipação, somos representantes de uma sociedade que necessita de pessoas que lutem, reivindicuem por seus direitos, ampliando, melhorando e fazendo as populações, usuária e profissional, conhecê-los e legitimá-los com vistas ao fortalecimento da resistência anticapitalista na perspectiva da consolidação da emancipação humana. Certamente esse trabalho nos levará, e a outros, ao aprofundamento dessas problemáticas e ao debate no campo acadêmico, social e também político na busca por uma sociedade e “*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres*” (Rosa Luxemburgo).

5. REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez editora, 2001.
- _____. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social In: **Serviço Social e Sociedade Nº 79**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2007
- _____. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. Maria Lúcia silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BRASIL, **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. Ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.
- BRAZ, Marcelo. **A Hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos**. In Revista Inscrita n. 10. Brasília, Ed. CFESS, 2007.
- CFESS. ANAIS 7 Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. 1992.
- CFESS. **CFESS Manifesta 18 anos do código de ética**. Brasília, março de 2011.
- _____. **Sobre a incompatibilidade entre o ensino de graduação à distância e serviço social. Volume 2**. Brasília – DF. Conselho Federal de Serviço Social, 2014.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Unidade 8 - O mundo da prática // Capítulo 10 - A política contra a servidão voluntária. Ática, 2000.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13, 2010; Brasília. **Anais...** Brasília-DF.
- CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 1998.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia – Um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007, 240p.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13, 2012; Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora-MG.
- GALVÃO, Felipe os Santos. SANTOS, Nilmar Francisco da Silva. **Diálogos Sobre o Programa Bolsa Família: estratégia de superação ou gerenciamento da pobreza?**. ANAIS. 14 Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. No Prelo.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Volume 1 – Introdução ao estudo da filosofia, A filosofia de Benedetto Croce**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

HAGUETE, Teresa Maria Frota. **O Cidadão e o Estado: a construção da cidadania brasileira**. Fortaleza: Edições UFC, 1994. 216 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**, 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. MOTA, Ana Elizabete e et al. (org) In: **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O Debate Contemporâneo do Serviço Social e a Ética Profissional. In: Dilséa e et.al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1999.

LESSA, Sérgio. **Política e ética**. Crítica Marxista, nº 14, ed. Boitempo, São Paulo, 2002.

LUKÁCS, G. **As Bases Ontológicas da Atividade e do Pensamento do Homem**. Revista Temas, São Paulo: Ciências Humanas, nº 4, 1978.

Marx, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Lisboa, Edição 70, _____. **A Questão Judaica**. São Paulo: Centauro, 2005.

LDA, 1993.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família**. Buenos Aires: Claridad, 1971.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MANZINE COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2002. – Coleção primeiros passos.

MÉSZÁROS, István. Crise estrutural necessita de mudanças estruturais. In: **Tópicos utópicos: caderno de textos**. Fortaleza: prefeitura municipal de Fortaleza, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Trabalho e Serviço Social: considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares. In: *Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, n. 14, 2007.

NASCIMENTO, Lissa Chrisnara dos Santos; RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Nilmar Francisco da Silva. **A materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social no cotidiano dos assistentes sociais em Mossoró-RN**. VII Salão PIBIC – UERN. Mossoró: 2011.

NETTO, José Paulo. **Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política**. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea IN: **Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais, Módulo I: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

_____. Das Ameaças à Crise. In: **Revista Inscrita nº 10**. Brasília, CFESS, 2007.

_____. Introdução ao método na teoria social In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NICOLAU C.C M. **Formação e fazer profissional do Assistente Social: trabalho e representações sociais**. Serviço Social e Sociedade nº 65, São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2011.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A mediação da organização política na (re) construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social**. Tese de doutorado, Recife: UFPE, 2005.

_____. Limites e possibilidades históricas do Projeto Ético-Político. In: **Revista Inscrita nº 10**. Brasília, CFESS, 2007.

_____. Limites e possibilidades históricas do Projeto Ético-Político. In: **Revista Inscrita, nº 12**, CFESS, 2009.

SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **O Pensamento da Esquerda e a Política de Identidade: as particularidades da luta pela liberdade de Orientação Sexual**. UFPE, *Ano de Obtenção*: 2005.

_____. **O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético político profissional**. Serviço Social e Sociedade nº 104, São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Rio Grande do Sul. Ed: Unijuí. 2004.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS Raquel. **O serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa dos direitos**. Serviço Social e Sociedade nº 95, São Paulo: Cortez, 2008.

6. APÊNDICES

Apêndice 1

TABELA CBAS 2010					
TEMÁTICA	TÍTULO DO ARTIGO	TENDÊNCIAS	DIREÇÃO SOCIAL	POLÊMICAS	LIMITES E CONTRADIÇÕES
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	597 - EXPRESSÕES (NEO)CONSERVADORAS E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE AS POLÊMICAS	- Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica.	Faleiros, Guerra, Behring, Ianni, Lamamoto, Netto, Mota.	- Moralização da Questão Social; - Invasão (neo)conservadorismo na profissão; - Reflexão em torno das mudanças e modificações que a realidade/conjuntura impõe no plano da materialização das alternativas ao modelo de sociabilidade capitalista; - Sincretismo teórico no serviço social sob a prisma da infiltração teórica desse modelo de análise da pós-modernidade no sentido de refletir-se na produção bibliográfica.	

ÉTICA E FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL	589 - A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL	Apreensão da Ética a partir do conceito de Barroco	Barroco, Vazquez, Bonetti.	- Apreensão de categorias fundamentais como ética e moral distancia da dos clássicos ; - Aproximação enviesada de autores e de interpretações dos fundamentos ontológicos da ética e da relação da profissão com o capitalismo (e suas demandas ; - Reduccionismo do conceito de ética a um instrumento de colaboração da profissão para
---	--	--	----------------------------	--

					garantia de direitos; - Militantismo.
147 - A RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO TEORICO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NO CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO E A DIREÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL	- Sustentação da materialidade do PEPSS e reconhecimento dos limites impostos pela conjuntura; - Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica.	Harvey, Ianni, Guerra, Netto, Tonet, Quiroga, Maciel.			
567 - PROJETO ÉTICO-POLÍTICO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA	- Sustentação da materialidade do PEPSS e reconhecimento dos limites impostos pela conjuntura; - Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica.	Ramos, Netto, Iamamoto, Boschetti, Andes.	- Cotidiano profissional e materialização do PEPSS;		- Precarização do trabalho incidindo diretamente na atuação profissional e na reprodução de uma intervenção imediatista,

					<p>pragmática e conservadora;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Correlação de forças e os limites das relações de trabalho sob os ditames do capital; - Ofensiva neoliberal sobre o trabalho; - Conjuntura adversa aos movimentos sociais; - Formação precarizada.
DIREITOS HUMANOS	<p>703 - BIOÉTICA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: uma análise sob a ótica da ontologia social de Marx</p>	<p>- Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica;</p>	<p>Lukács, Marx, Lessa, Iamamoto, Netto, Barroco, Heller.</p>		<p>- Invasão (neo)conservadorismo na profissão ;</p>

	<p>DIREITOS HUMANOS, NATUREZA E ORIGEM: Um pacto a favor do capital?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa da social-democracia (traz no seu amago a defesa de Reformas em oposição à Revolução); - Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica. 	<p>Bobbio, Polanyi, Fukuyama.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Resignificação da luta por direitos e de valores como emancipação e equidade por formas de atuação (com) pactuadas com o atual sistema; - Cotidiano profissional e materialização do PEPSS; - Reflexão em torno das mudanças e modificações que a realidade/conjuntura impõe no plano da materialização das alternativas ao modelo de sociabilidade capitalista. 	
<p>VALORES E COTIDIANO PROFISSIONAL, POSTURA /DIMENSÃO ÉTICO-MORAL E POLÍTICA</p>	<p>891 - A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA PROFISSIONAL NO COTIDIANO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS DIVERSAS ÁREAS DE ATUAÇÃO EM SERGIPE</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sustentação da materialidade do PEPSS e reconhecimento dos limites impostos pela conjuntura; - Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica; 			<ul style="list-style-type: none"> - Rebatimento da reconfiguração de valores para a efetivação do trabalho profissional frente à correlação de forças e a conjuntura e retração

					de direitos e de possibilidades de expansão dos indivíduos sociais/sujeitos coletivos; - Leitura positivista da realidade como rebatimento da invasão do (neo)conservadorismo na profissão ;
	946 - A ÉTICA COMO FORMA DE SUPERAÇÃO DA COTIDIANIDADE PROFISSIONAL	- Sustentação da materialidade do PEPSS e reconhecimento dos limites impostos pela conjuntura; - Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica;	Barroco, Heller, Guerra, Lamamotto, Vinagre.	- Dicotomia: Teoria e Prática; - Cotidiano profissional e materialização do PEPSS; - Reflexão em torno das mudanças e modificações que a realidade/conjuntura impõe no plano da materialização das alternativas ao modelo de sociabilidade capitalista; -	- Precarização do trabalho incidindo diretamente na atuação profissional e na reprodução de uma intervenção imediatista, pragmática e conservadora; -

				Flexibilização do modelo de profissional; - Espontaneidade e imediatividade.	Correlação de forças e os limites das relações de trabalho sob os ditames do capital; - Contradições entre os valores do PEP e aqueles que são/estão historicamente determinados na sociabilidade.
603	- TRADIÇÃO X AMADURECIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL	- Dilema da crise do PEPSS e sustentação de sua materialidade reconhecendo os limites impostos pela conjuntura; - Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica.	Yazbek, Martinelli, Iamamoto, Barroco.		

<p>PROJETO ÉTICO POLÍTICO E SERVIÇO SOCIAL</p>	<p>904 - ÉTICA, TRABALHO E PRÁXIS PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO</p>	<p>- Sustentação da materialidade do PEPSS e reconhecimento dos limites impostos pela conjuntura; - Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica.</p>			<p>- Precarização do trabalho incidindo diretamente na atuação profissional e na reprodução de uma intervenção imediatista, pragmática e conservadora; - Correlação de forças e os limites das relações de trabalho sob os ditames do capital; - Contradições entre os valores do PEP e aqueles que são/estão historicamente determinados na sociabilidade.</p>
---	--	---	--	--	---

					<ul style="list-style-type: none">- Ofensiva neoliberal sobre o trabalho;- Conjuntura adversa aos movimentos sociais;- Rebatimento da reconfiguração de valores para a efetivação do trabalho profissional frente à correlação de forças e a conjuntura e retração de direitos e de possibilidades de expansão dos indivíduos sociais/ sujeitos coletivos;- Invasão do (neo)conservadorismo na
--	--	--	--	--	---

					profissão .
1005 ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: NOVAS POSSIBILID ADES	-	- Dilema da crise do PEPSS e sustentação de sua materialidade reconhecendo os limites impostos pela conjuntura;	Barroco, lamamoto	- Cotidiano profissional e materializaçã o do PEPSS.	- Identifica mos como limite aquilo que por vezes se confunde com tendênci a e polêmica : o “Dilema da crise do PEPSS”, que mesmo estando em crise ou não, os argument os que a postulam são aceitos por todos, sejam enquanto

					limites, sejam enquanto vetores da crise, mas eles existem e são reconhecidos. O fato é sabendo disto não se foi possível ainda avançar na discussão de forma a criar um consenso e assim construir de estratégias conjuntas de enfrentamento.
275	- PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: A VIABILIDADE E A NECESSIDADE HISTÓRICA	- Sustentação da materialidade do PEPSS e reconhecimento dos limites impostos pela conjuntura; - Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica.	Simionato, Ramos, Netto, Iamamoto, Duriguetto, Fontes, Braz.		

	<p>390 - O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL – CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS</p>	<p>- Crítica ao PEPSS na perspectiva de sua "superação"; - Defesa da "tese" da crise do PEPSS.</p>	<p>Barroco, lamamoto, Guerra.</p>	<p>- Cotidiano profissional e materialização do PEPSS; - Reflexão em torno das mudanças e modificações que a realidade/conjuntura impõe no plano da materialização das alternativas ao modelo de sociabilidade capitalista. - Perfil Profissional: o que está sendo formado vs o perfil das diretrizes; - Flexibilização do modelo de profissional.</p>	<p>- Reconfiguração (deformação do MEC) do perfil profissional frente ao perfil das Diretrizes ABEPSS .</p>
	<p>PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: a dimensão ético-política frente a sociabilidade e capitalista</p>	<p>- Sustentação da materialidade do PEPSS e reconhecimento dos limites impostos pela conjuntura; - Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica.</p>	<p>Netto, Barroco, Lessa, Ramos, Tonet, CFESS.</p>		

	181 - Projeto ético-político, pesquisa, formação e a produção intelectual do Serviço Social nas últimas três décadas.	- Sustentação da materialidade do PEPSS e reconhecimento dos limites impostos pela conjuntura; - Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica.	Abreu. Coutinho, lamamoto, Netto, Yazbek		
	771 - O SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XXI: A DIREÇÃO SOCIAL MARXISTA E A POLÊMICA TEÓRICA CONTEMPORÂNEA	- Sustentação da materialidade do PEPSS e reconhecimento dos limites impostos pela conjuntura; - Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica.	Chauí, lamamoto, Netto, Mota, Tonet, Simionato.	- Crise do PEPSS; - Invasão (neo)conservadorismo na profissão; - Sincretismo teórico no serviço social sob a prisma da infiltração teórica desse modelo de análise da pós-modernidade no sentido de refletir-se na produção bibliográfica.	- Invasão (neo)conservadorismo na profissão ; - Reconfiguração (deformação do MEC) do perfil profissional frente ao perfil das Diretrizes ABEPSS ; - Contradições entre os valores do PEP e aqueles que são/estão historicamente determinados na sociabilidade. - Dilema:

					<p>Teoria e Prática.</p> <p>- Rebatimento da reconfiguração de valores para a efetivação do trabalho profissional frente à correlação de forças e a conjuntura e retração de direitos e de possibilidades de expansão dos indivíduos sociais/sujeitos coletivos;</p> <p>- Rebatimentos do (neo)conservadorismo na profissão.</p>
Total de artigos Analisados			16		

Apêndice 2

TABELA ENPESS 2012					
TEMÁTICA	TÍTULO DO ARTIGO	TENDÊNCIAS	DIREÇÃO SOCIAL	POLÊMICA	LIMITES E CONTRADI

					ÇÕES
Projeto ético político e serviço social	176- A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS INDAGAÇÕES	- Crítica ao PEPSS na perspectiva de sua "superação"; - Defesa da "tese" da crise do PEPSS	Anderson, Barroco, Faleiros, Martinelli, hobsbawm, Netto, Paiva e Sales, Bonetti.	- Crise do PEPSS; - Resignificação da luta por direitos e de valores como emancipação e equidade por formas de atuação (com) pactuadas com o atual sistema; - Invasão (neo)conservadorismo na profissão.	- Invasão do (neo)conservadorismo na profissão; - Reconfiguração (deformação do MEC) do perfil profissional frente ao perfil das Diretrizes ABEPSS; - Precarização do trabalho incidindo diretamente na atuação profissional e na reprodução de uma intervenção imediatista, pragmática e conservadora.
Valores e cotidiano profissional, postura /dimensão ético-moral e política	263 - ÉTICA PROFISSIONAL E JULGAMENTOS MORAIS: O SIGNIFICADO DA "NEGLIGÊNCIA" NO ATENDIMENTO À CRIANÇA, ADOLESC	- Unidade Teoria e Prática	Barroco, Heller, Lukács, Marx.	- Cotidiano profissional e materialização do PEPSS; - A mediação entre valores pessoais e valores profissionais na atuação.	- Precarização do trabalho incidindo diretamente na atuação profissional e na reprodução de uma intervenção imediatista; pragmática e

	ENTE E FAMÍLIAS				conservadora; - Correlação de forças e os limites das relações de trabalho sob os ditames do capital.
	710 - ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: uma análise a partir do congresso brasileiro de assistentes sociais em 2010	- Dilema da crise do PEPSS e sustentação de sua materialidade reconhecendo os limites impostos pela conjuntura	Yazbek, Simionato, Paiva, Netto, Barroco, Marx, lamamoto, Guerra, Behring.	- Cotidiano profissional e materialização do PEPSS; - Reflexão em torno das mudanças e modificações que a realidade/conjuntura impõe no plano da materialização das alternativas ao modelo de sociabilidade e capitalista.	- Invasão do (neo)conservadorismo na profissão; - Reconfiguração (deformação do MEC) do perfil profissional frente ao perfil das Diretrizes ABEPSS;
	1198 - VALORES, PRINCÍPIOS, OBJETIVAÇÃO E O PAPEL DA CONSCIÊNCIA NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	- Dilema da crise do PEPSS e sustentação de sua materialidade reconhecendo os limites impostos pela conjuntura	Anthunes, Coutinho, Lessa, lamamoto, Guerra, Lukács, Netto, Marx, Mota, Montañó.	- Cotidiano profissional e materialização do PEPSS; - A mediação entre valores pessoais e valores profissionais na atuação.	- Invasão do (neo)conservadorismo na profissão; - Reconfiguração (deformação do MEC) do perfil profissional frente ao perfil das

				Ressignificação da luta por direitos e de valores como emancipação e equidade por formas de atuação (com) pactuadas com o atual sistema.	Diretrizes ABEPSS; - Precarização do trabalho incidindo diretamente na atuação profissional e na reprodução de uma intervenção imediatista, pragmática e conservadora.
1507 CONSERVADORISMO MORAL E SERVIÇO SOCIAL	-	- Reconhecimento da invasão do (neo)conservadorismo na profissão.	Lukács, Netto, Lamamoto, Barroco, Coutinho, Chauí, Braz.	- Invasão do (neo)conservadorismo na profissão; - Reflexão em torno das mudanças e modificações que a realidade/conjuntura impõe no plano da materialização das alternativas ao modelo de sociabilidade e capitalista.	- Precarização do trabalho incidindo diretamente na atuação profissional e na reprodução de uma intervenção imediatista; - Contradições entre os valores do PEP e aqueles que são/estão historicamente determinados na sociabilidade.

	1110 - O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SUA DIMENSÃO ÉTICA: APROXIMAÇÕES AO OBJETO DE PESQUISA DE MESTRADO	Questionamentos a respeito da existência de uma Crise do PEPSS Dilema da crise {Reconhecimento dos limites impostos pela conjuntura ao PEPSS e defesa de sua materialização . Defesa do projeto nessa direção social} - Sustentação da materialidade do PEPSS e reconhecimento dos limites impostos pela conjuntura.	Barroco, lamamoto, Lukács, Netto, Martinelli, Marx, Boschetti, Yazbek.	- Cotidiano profissional e materialização do PEPSS; - Dilema: Teoria e Prática.	- Dilema: Teoria vs Prática. - Militantismo ; - Ofensiva neoliberal sobre o trabalho; - Precarização do trabalho incidindo diretamente na atuação profissional e na reprodução de uma intervenção imediatista.
Ética e formação profissional	185 - ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: possibilidades e dificuldades para o ensino graduado da ética profissional	Defesa à implantação das Diretrizes	Barroco, Chauí, Netto, Vázquez, Heller, Mota, Lessa.	- Reconfiguração (deformação do MEC) do perfil profissional frente ao perfil das Diretrizes ABEPSS; - Flexibilização do modelo de profissional; - Dilema: Teoria e Prática.	- Conjuntura adversa aos movimentos sociais; - Reconfiguração (deformação do MEC) do perfil profissional frente ao perfil das Diretrizes ABEPSS; - Formação precarizada .
	1406 - ÉTICA EM MOVIMENTO: em debate	- Reconhecimento da invasão do (neo)conserva	Barroco, lamamoto, Brites, Netto, Mota.	- Ressignificação da luta por direitos e de valores	- Rebatimento da reconfiguração de

	desafios e dilemas à materialização da ética no Serviço Social	autorismo na profissão.		como emancipação e equidade por formas de atuação (com) pactuadas com o atual sistema;	valores para a efetivação do trabalho profissional frente à correlação de forças e a conjuntura de retração de direitos e de possibilidades de expansão dos indivíduos sociais/sujeitos coletivos.
Fundamentos teórico-metodológicos	791 - O DEBATE TEÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL: fecundidade e de aproximação com o pensamento de G. Lukács?	- Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica	Lukács, Netto, Barroco, Yamamoto, Carvalho, Quiroga e Tonet.	- Dilema entre Teoria e Prática	- Aproximação enviesada de autores e de interpretações dos fundamentos ontológicos da ética e da relação da profissão com o capitalismo (e suas demandas); - Rebatimentos do (neo)conservadorismo na profissão.
	1596 - FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOL	- Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica	Yazbek, Netto, Simionato, Barroco, Lukács,	- Flexibilização do modelo de profissional;	

	<p>ÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL: O SINCRETISMO RENOVADO</p>		<p>Martinelli, lamamoto, Antunes.</p>	<p>- Invasão (neo)conservadorismo na profissão; - Sincretismo teórico no serviço social sob a prisma da infiltração teórica desse modelo de análise da pós-modernidad e no sentido de refletir-se na produção bibliográfica .</p>	
	<p>1899 - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: afirmação da direção social de ruptura com o conservadorismo</p>	<p>- Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica</p>	<p>Barroco, Guerra, lamamoto, Kameyam, Netto, Yazbek. Os fundamentos aparecem bem explicitados e ancorados na tradição marxiana, de forma que denota a filiação teórica da autora, mas também a direção</p>	<p>- Sincretismo teórico no serviço social sob a prisma da infiltração teórica desse modelo de análise da pós-modernidad e no sentido de refletir-se na produção bibliográfica .</p>	<p>- Precarização do trabalho incidindo diretamente na atuação profissional e na reprodução de uma intervenção imediatista; - Contradição entre os valores do PEP e aqueles que são/estão historicamente determinados na sociabilidade.</p>

			social que a mesma defende e que coaduna com a do serviço social.		
	871 - A ONTOLOGIA HISTÓRICA O-MATERIALISTA NO SERVIÇO SOCIAL	- Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica	Lukács, Marx, Netto, Barroco, CFESS.	- Reflexão em torno das mudanças e modificações que a realidade/conjuntura impõe no plano da materialização das alternativas ao modelo de sociabilidade e capitalista.	
Direitos Humanos	1870 - Adoção por casais homoafetivos na perspectiva da ética e dos direitos humanos	- Defesa da Adoção por casais homoafetivos.	Vázquez, Chauí, Barroco, Bobbio.		- Invasão do (neo)conservadorismo na profissão.
Total de artigos Analisados			13		

Apêndice 3

TABELA GERAL 1	
POLÊMICAS	Nº DE ARTIGOS POR POLÊMICA
- Crise do PEPSS	2 = 6,89%
- Cotidiano profissional e materialização do PEPSS	9 = 31,03%
- Reflexão em torno das mudanças e modificações que a realidade/conjuntura impõe no plano da materialização das alternativas ao modelo de	7 = 24,13%

sociabilidade capitalista	
- A mediação entre valores pessoais e valores profissionais na atuação.	2 = 6,89%
- Ressignificação da luta por direitos e de valores como emancipação e equidade por formas de atuação (com)pactuadas com o atual sistema	4 = 13,79%
- Sincretismo teórico no serviço social sob a prisma da infiltração teórica desse modelo de análise da pós-modernidade no sentido de refletir-se na produção bibliográfica	4 = 13,79%
- Dilema entre Teoria e Prática	3 = 10,34%
- Flexibilização do modelo de profissional	4 = 13,79%
- Invasão (neo)conservadorismo na profissão	5 = 17,24%
- Reconfiguração (deformação do MEC) do perfil profissional frente ao perfil das Diretrizes ABEPSS	2 = 6,89%
- Moralização da Questão Social	1 = 3,44%
- Espontaneidade e imediaticidade na atuação profissional	1 = 3,44%
- Dicotomia: Teoria e Prática;	1 = 3,44%
TOTAL DE ARTIGOS ANALISADOS	29²⁹

Apêndice 4

TABELA GERAL 2	
LIMITES E CONTRADIÇÕES	Nº DE ARTIGOS POR LIMITE/CONTRADIÇÃO
- Invasão do (neo)conservadorismo na profissão	4 = 13,79%
- Contradição entre os valores do PEP e aqueles que são/estão historicamente determinados na sociabilidade.	2 = 6,89%
- Precarização do trabalho incidindo diretamente na atuação profissional e na reprodução de uma	6 = 20,68%

²⁹ Deste total de artigos 16 foram do CBAS e 13 do ENPESS.

intervenção imediatista;	
- Rebatimentos do (neo)conservadorismo na profissão	1 = 3,44%
- Aproximação enviesada de autores e de interpretações dos fundamentos ontológicos da ética e da relação da profissão com o capitalismo (e suas demandas	1 = 3,44%
- Rebatimento da reconfiguração de valores para a efetivação do trabalho profissional frente à correlação de forças e a conjuntura de retração de direitos e de possibilidades de expansão dos indivíduos sociais/sujeitos coletivos	1 = 3,44%
- Formação precarizada	1 = 3,44%
- Reconfiguração (deformação do MEC) do perfil profissional frente ao perfil das Diretrizes ABEPSS	4 = 13,79%
- Conjuntura adversa aos movimentos sociais	1 = 3,44%
- Ofensiva neoliberal sobre o trabalho	1 = 3,44%
- Militantismo	1 = 3,44%
- Dilema: Teoria vs Prática	1 = 3,44%
- Correlação de forças e os limites das relações de trabalho sob os ditames do capital	1 = 3,44%
TOTAL DE ARTIGOS ANALISADOS	29 ³⁰

Apêndice 5

TABELA GERAL 3	
TENDÊNCIAS	Nº DE ARTIGOS POR TENDÊNCIA
- Manutenção da Hegemonia da Teoria Social Crítica	18 = 62,06%
- Apreensão da Ética a partir do conceito de Barroco	2 = 6,88%
- Sustentação da materialidade do PEPSS e reconhecimento dos limites impostos pela conjuntura	11 = 37,93%
- Dilema da crise do PEPSS e sustentação de sua materialidade reconhecendo os limites impostos pela conjuntura	4 = 13,79%
- Defesa da “tese” da crise do PEPSS.	2 = 6,89%

³⁰ Deste total de artigos 16 foram do CBAS e 13 do ENPESS.

- Crítica ao PEPSS na perspectiva de sua "superação"	2 = 6,89%
- Unidade Teoria e Prática	1 = 3,44%
- Reconhecimento da invasão do (neo)conservadorismo na profissão	2 = 6,89%
- Defesa à implantação das Diretrizes	1 = 3,44%
- Defesa da Adoção por casais homoafetivos	1 = 3,44%
Total de artigos analisados	29

Apêndice 6:

TABELA GERAL 4	
ÁREAS TEMÁTICAS	Nº DE ARTIGOS POR TEMÁTICA
- FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	5 = 17,24%
- ÉTICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	5 = 17,24%
- DIREITOS HUMANOS	3 = 10,34%
- VALORES E COTIDIANO PROFISSIONAL, POSTURA /DIMENSÃO ÉTICO-MORAL E POLÍTICA	8 = 27,58%
- PROJETO ÉTICO POLÍTICO E SERVIÇO SOCIAL	8 = 27,58%
Total de artigos analisados	29³¹

³¹ Deste total de artigos 16 foram do CBAS e 13 do ENPESS.